



ACADEMIA MILITAR

A Artilharia na Guerra de África (1961-1974): Um estudo em torno da mobilização das unidades de Artilharia.

Autor

Aspirante a Oficial de Artilharia João Paulo Martins Silva

Orientador: Tenente Coronel Pedro Alexandre Marcelino Marquês de Sousa

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2012



ACADEMIA MILITAR

A Artilharia na Guerra de África (1961-1974): Um estudo em torno da mobilização das unidades de Artilharia.

Autor

Aspirante a Oficial de Artilharia João Paulo Martins Silva

Orientador: Tenente Coronel Pedro Alexandre Marcelino Marquês de Sousa

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, julho de 2012

Dedicatória

*Aos meus Pais, Padrinhos, Tios, ao meu Irmão
e à minha namorada Sara, por todo o apoio e compreensão,
indispensáveis não só para a realização deste trabalho,
mas também para o cumprir de um sonho:
ser Oficial do Exército.*

Agradecimentos

À Academia Militar por toda a formação que me deu, tendo em vista não só a minha formação como militar, mas também a minha formação como pessoa. Constituindo para mim um marco inequívoco no meu desenvolvimento e na minha vida.

Ao Excelentíssimo Tenente General Comandante da Academia Militar, por todo o apoio prestado, ponto essencial para a realização deste Trabalho de Investigação Aplicada.

Ao meu orientador, Tenente Coronel Marquês de Sousa por toda a dedicação, entusiasmo, apoio, orientação e disponibilidade demonstrada, indispensáveis à realização deste trabalho.

Aos Excelentíssimos: General Espírito Santo, Tenente General Silvino da Cruz Curado, Coronel Dias de Carvalho, Coronel Galamba de Castro, Coronel Moura Soares, Coronel Rola Pata e Coronel Lourenço pelo apoio, auxílio, compreensão e entusiasmo com que em todos os segundos procuraram auxiliar-me na realização deste trabalho, constituindo para mim uma referência como pessoas e como militares.

Resumo

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) tem como objetivo principal, identificar e caraterizar a tipologia e a quantidade de unidades operacionais mobilizadas pelas unidades de artilharia, durante a Guerra de África (1961-1974).

O trabalho aborda a forma como a Arma de Artilharia do Exército Português participou no esforço de guerra, identificando os diversos tipos de unidades que mobilizou (Atiradores de Artilharia, de Artilharia de Campanha e de Antiaérea) as unidades mobilizadoras, a quantidade de unidades que foram mobilizadas e os ritmos de mobilização ao longo do período, por cada tipo, a dimensão relativa do esforço de mobilização em cada um dos três teatros de operações de Angola, Guiné e Moçambique, para caracterizar a tipologia das unidades mobilizadas pela Arma de artilharia durante o período em estudo (1961-1974).

O trabalho foi realizado no Destacamento da Academia Militar na Amadora, com base em fontes primárias existentes no Arquivo Histórico Militar e em fundos privados e em fontes secundárias em diversas bibliotecas de unidades militares, na biblioteca da Academia Militar, no Arquivo Histórico Militar e na Biblioteca Municipal da Guarda. Foram ainda realizadas diversas entrevistas a oficiais que serviram nos diversos tipos de unidades mobilizadas pela Arma de Artilharia. Para iniciar este estudo foi essencial compreender a situação nacional na década de 1960, pelo que começamos este trabalho com uma breve explicação acerca da situação vivida em Portugal por essa altura, assim como uma breve explicação acerca das principais relações estabelecidas (ONU e NATO). Depois de explicado o contexto nacional foi necessário estudar um pouco da doutrina da guerra subversiva, em especial no que respeita à atuação da Artilharia. Seguidamente identificamos as unidades mobilizadas e as suas unidades mobilizadoras, segundo a sua tipologia (unidades de Artilharia de Campanha, Antiaérea e unidades de Atiradores) para os três teatros de operações, analisando ainda as alterações registadas nos modelos de formação dos oficiais de Artilharia durante o período em estudo.

No final procuramos responder à questão central, fazendo uso das questões derivadas e procurando explicar a mobilização e as alterações feitas na formação dos Artilheiros Portugueses para estas Campanhas.

Palavras-chave:

ÁFRICA (1961-1974), CAMPANHA, ANTIAEREA, ATIRADORES, FORMAÇÃO

.

Abstract e key words

This Applied Research Assignment (ARA) has as main objective to identify and characterize the type and amount of operational artillery units deployed during the War of Africa (1961-1974).

The paper discusses how the Artillery branch of the Portuguese Army participated in the war effort, identifying the different types of units that were mobilized (Infantry, Field Artillery and Air Defense) mobilizing units, the number of units that were mobilized and the pace of mobilization over the period and for each type, the relative size of the mobilization effort in each of the three theaters of operations in Angola, Guinea and Mozambique, to characterize the types of units deployed by the Artillery branch during the study period (1961-1974).

The study was conducted at the Military Academy Detachment in Amadora, based on primary sources available in the Military Historical Archive and private funds and secondary sources in various libraries of military units in the library of the Military Academy library, the Military Historical Archive and Guards' Public Library. There were also conducted interviews with officers who served in the various types of units deployed by the Artillery branch. To begin this study it was essential to understand the national situation in the 1960s, so we started this work with a brief explanation of the situation in Portugal at that time as well as a brief explanation of the main relationships established (UN and NATO). After explaining the national context it was necessary to study a bit of subversive doctrine of war, especially the role of Artillery. Then we identify the units mobilized and their mobilizing units, according to their type (units of Artillery, Air Defense and Infantry), for the three theaters, still analyzing also the changes occurred in the models of training of Artillery officers during the study period.

At the end we tried to answer the central question using the derived questions and seeking to explain the mobilization and changes in the training of Portuguese Artillery men for these campaigns.

KEYWORDS:

AFRICA (1961-1974), FIELD ARTILLERY, AIR DEFENCE, INFANTRY,
TRAINING.

Índice Geral

Dedicatória	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract e key words	v
Índice Geral.....	vii
Índice de Figuras	ix
Índice de Quadros.....	xi
Lista de Apêndices	xii
Lista de Anexos	xiii
Lista de Siglas, Abreviaturas e Acrónimos	xiv
Introdução	1
Capítulo 1 A Guerra de África (1961-1974).....	6
1.1 Situação Portuguesa na década de sessenta	6
1.2 Relação Portugal - NATO.....	8
1.3 Relação Portugal - ONU	10
1.4 A novidade da Guerra Subversiva: Os novos princípios doutrinários.....	11
1.4.1 Guerra Subversiva	11
1.4.2 O Exército Português na Guerra Subversiva.....	13
1.4.2.1 Origem da Doutrina Contra subversiva	13
1.4.2.2 Atividades do Exército na Guerra subversiva.....	14
1.4.2.2.1 Atividades do Exército – Segurança	14
1.4.2.2.2 Atividades do Exército – Ofensiva	15

1.4.3	A arma de Artilharia na guerra de contra subversão	16
1.4.3.1	Missão da Artilharia na guerra subversiva.....	16
1.4.3.2	Organização para o combate na contra subversão	17
1.4.3.3	Atividades que a Artilharia pode desenvolver na contra subversão	17
Capitulo 2 Mobilização de unidades de Artilharia de Campanha e Antiaérea		19
2.1	Dispositivo de Artilharia.....	19
2.2	Unidades mobilizadoras de unidades de Artilharia	20
2.3	Artilharia mobilizada na Metrópole para Angola	21
2.4	Artilharia mobilizada na Guiné.....	23
2.5	Artilharia mobilizada em Moçambique	27
2.6	Meios de Artilharia Mobilizados	30
Capitulo 3 Mobilização de unidades de Artilharia do tipo Atiradores		32
3.1	Unidades do tipo Companhia de Atiradores mobilizadas para a Guerra de África33	
3.2	Unidades mobilizadoras de Batalhões e Companhias de Artilharia	34
3.3	Batalhões e Companhias de Artilharia mobilizados para Angola	35
3.4	Batalhões e Companhias de Artilharia mobilizados para a Guiné.....	38
3.5	Batalhões e Companhias de Artilharia mobilizados para Moçambique	40
3.6	A Formação dos Oficiais de Artilharia	42
Conclusões		48
Bibliografia.....		54
Apêndices.....		59
Anexos.....		83

Índice de Figuras

Figura nº 1 – Grupos e Baterias mobilizados na Metrópole durante os 13 anos de Guerra	20
Figura nº 2 – Grupos e Baterias mobilizadas na Metrópole para Angola durante os 13 anos	21
Figura nº 3 – Baterias de Artilharia mobilizadas na Metrópole para Angola.....	22
Figura nº 4 – Baterias de Artilharia Antiaérea mobilizados para a Guiné durante os 13 anos	26
Figura nº 5 - Total de Unidades de escalão Companhia de Atiradores enviadas para África.....	33
Figura nº 6 – Batalhões e Companhias de Artilharia mobilizadas para os três teatros durante os 13 anos	35
Figura nº 7 – Batalhões e Companhias de Artilharia mobilizadas para Angola durante os 13 anos.....	36
Figura nº 8 – Unidades mobilizadoras de Batalhões de Artilharia para Angola	36
Figura nº 9 – Unidades mobilizadoras de Companhias de Artilharia para Angola	37
Figura nº 10 – Batalhões e Companhias de Artilharia mobilizados para a Guiné durante os 13 anos	38
Figura nº 11 – Unidades mobilizadoras de Batalhões de Artilharia para a Guiné	39
Figura nº 12 – Unidades mobilizadoras de Companhias de Artilharia para a Guiné	40
Figura nº 13 – Batalhões e Companhias de Artilharia mobilizadas para Moçambique durante os 13 anos	41
Figura nº 14 – Unidades mobilizadoras de Batalhões de Artilharia (BArt) para Moçambique	41
Figura nº 15 – Unidades mobilizadoras de Companhias de Artilharia para Moçambique	42
Figura nº 16 – Percentagem relativa entre instruendos que receberam instrução própria de Artilharia e Outras no período de 1957 a 1986.....	44
Figura nº 17 – Oficiais milicianos formados na EPA na especialidade de Artilharia e Outras (1961 – 1975).....	45

Figura nº 18 – Efetivo dos cursos de promoção a Capitão durante as campanhas de África	46
Figura nº 19 – Efetivo do TPOA durante o período 1961 – 1974	46
Figura nº 20 – Percentagens de matérias ministradas no TPOA antes e durante a guerra	47
Figura nº 21 – Total de unidades de Artilharia mobilizadas na Metrópole para os três Teatros	49
Figura nº 22 – Total de unidades de Artilharia mobilizadas na Metrópole para Angola	50
Figura nº 23 – Total de unidades de Artilharia mobilizadas na Metrópole para a Guiné	51
Figura nº 24 – Total de unidades de Artilharia mobilizados na Metrópole para Moçambique	51

Índice de Quadros

Quadro Nº 1 - Materiais de Artilharia de Campanha utilizados nas campanhas de África (1961-1974)	31
---	----

Lista de Apêndices

Apêndice A - Unidades de Artilharia mobilizadas na Metrópole para Angola	60
Apêndice B - Unidades de AAA mobilizadas na Metrópole para Angola	69
Apêndice C - Unidades de Artilharia mobilizadas na Metrópole para a Guiné	70
Apêndice D - Unidades de AAA mobilizadas na Metrópole para a Guiné	75
Apêndice E - Unidades de Artilharia mobilizadas na Metrópole para a Moçambique ..	76
Apêndice F - Guião das entrevistas	82

Lista de Anexos

Anexo A - Matérias ministradas no TPOA antes e durante a guerra de África (1961-1974).....	84
Anexo B - Matérias ministradas no CPCA antes e durante a guerra de África (1961-1974).....	85

Lista de Siglas, Abreviaturas e Acrónimos

A

AAA	Artilharia Antiaérea
AC	Artilharia de Campanha
Art	Artilharia

B

BAG2	Bateria de Artilharia de Guarnição N°2
BArt	Batalhão de Artilharia
BtrAAA	Bateria de Artilharia Antiaérea
BtrArt	Bateria de Artilharia

C

CART	Companhia de Artilharia
CECA	Comissão de Estudo para as Campanhas de África
CEMGFA	Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas
CPCA	Curso de promoção a Capitão de Artilharia

E

EPA	Escola Prática de Artilharia
EUA	Estados Unidos da América

F

FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
Frelimo	Frente de Libertação de Moçambique

G

GAC	Grupo de Artilharia de Campanha
GACA2	Grupo de Artilharia Contra – Aeronaves N°2
GACA3	Grupo de Artilharia Contra – aeronaves N°3
GAG2	Grupo de Artilharia de Guarnição N°2

I

In	Inimigo
----	---------

IAEM Instituto de Altos Estudos Militares

M

M.E. Ministério do Exército

MPLA Movimento Popular de Libertação de Angola

N

NATO North Atlantic Treaty Organization

NSC National Security Council

O

ONU Organização das Nações Unidas

P

PAIGC Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PelArt Pelotão de Artilharia

Q

QD Questões Derivadas

QP Quadros Permanentes

R

RAAF Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa

RAC Regimento de Artilharia de Costa

RAL1 Regimento de Artilharia Ligeira Nº1

RAL2 Regimento de Artilharia Ligeira Nº2

RAL3 Regimento de Artilharia Ligeira Nº3

RAL4 Regimento de Artilharia Ligeira Nº4

RAL5 Regimento de Artilharia Ligeira Nº5

RAP2 Regimento de Artilharia Pesada Nº2

U

UNITA União Nacional para Independência Total de Angola

UPA União das Populações de Angola

“[o] efeito desmoralizador do fogo de Artilharia sobre as guerrilhas justificará muitas vezes o seu emprego mesmo quando haja poucas possibilidades de causar danos” (M.E., 1961, p.33).

Introdução

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) enquadra-se no Tirocínio para oficial de Artilharia, tendo como objetivo dotar os alunos de uma formação científica baseada na competência de pesquisa e investigação. Este trabalho tem como tema *“A Artilharia na Guerra de África (1961-1974): Um estudo em torno da mobilização das unidades de Artilharia”* e pretende contribuir com novo conhecimento sobre a contribuição da Arma de Artilharia, no domínio da mobilização das unidades operacionais de Atiradores, de Artilharia de Campanha e de Antiaérea, durante a Guerra de África.

O objeto de estudo deste trabalho, sobre a tipologia e a quantidade de unidades mobilizadas pelas unidades territoriais de Artilharia durante a Guerra de África (1961-1974), sugere a necessidade de recordar a origem da atividade da “mobilização” que surge com os Exércitos de massas na idade contemporânea, que em Portugal aparece com grande expressão durante as campanhas da guerra peninsular (1807-1815) e mais tarde com o sistema de Serviço Militar Obrigatório (SMO) criado após a implantação da República. A reorganização militar de 1911 criou uma vasta rede de 35 Distritos de Recrutamento (DR), que apesar de ter sido reduzida para 25 Distritos de Recrutamento e Reserva (DRR) em 1926, estabeleceu a estrutura, que embora tenha sofrido ligeiras alterações em 1959, existia durante o período em estudo. O modelo do SMO necessitava naturalmente de um amplo dispositivo territorial com os órgãos responsáveis pela mobilização dos homens para a atividade militar, com todos os registos, as convocatórias, as provas de seleção, as ordens de incorporação etc; mas neste domínio o que nos interessa neste estudo é o levantamento e caracterização da tipologia das unidades já constituídas e prontas, que representava a última fase da mobilização, já da responsabilidade das designadas secções de mobilização das unidades territoriais, Regimentos e Grupos independentes, que neste caso nos servem para fazer o inventário da quantidade de unidades, a sua tipologia e o ritmo de mobilização (de unidades constituídas) ao longo do período da guerra.

Com a adesão de Portugal à NATO, com os compromissos assumidos por Portugal no quadro desta organização, esta atividade da mobilização também foi modernizada durante a década de 1950-60. De acordo com o modelo existente, as unidades territoriais eram mobilizadoras de unidades operacionais para as nossas grandes unidades operacionais, atribuídas no âmbito NATO e para outros compromissos como por exemplo no âmbito de acordo bilateral com a Espanha para a defesa territorial da Península Ibérica.

A integração na NATO teve inúmeras vantagens no domínio militar, desde a cedência de equipamento militar à possibilidade de oficiais e sargentos frequentarem cursos no estrangeiro, mas com o evoluir da crispação entre Portugal e a ONU no quadro da política colonial, a cooperação e o apoio político da NATO e dos EUA diminuiu, obrigando Portugal a encontrar novas fontes de fornecimento de equipamento militar. Estas novas parcerias são estabelecidas com a Alemanha e com a França. À Alemanha convinha estabelecer ligações com outros países, uma vez que devido às sanções sofridas no final da guerra estava isolada no contexto internacional, e à França estando em guerra na Argélia, convinha-lhe ter um parceiro internacional que tivesse em comum a sua política colonial. A obtenção da espingarda automática G3 é um bom exemplo destas novas ligações estabelecidas por Portugal, assim como a frequência de cursos por parte dos oficiais e sargentos Portugueses em França, com o objetivo principal de estudar a guerra subversiva.

Após o início da Guerra em 1961 o dispositivo militar português foi ajustado sendo vocacionado para a defesa dos territórios ultramarinos. O esforço militar foi enorme e a mobilização inicial para o teatro de operações de Angola demonstrou algumas lacunas que, com o evoluir do conflito, foram sendo minimizadas, nomeadamente com a frequência por parte de oficiais e sargentos de cursos que tinham por base a doutrina da Infantaria. Os militares da Arma de Artilharia, assim com os da arma de Cavalaria, começaram a ser instruídos com base na nova doutrina da guerra contra guerrilha, mais própria das especialidades de Infantaria. Em menor número, mas com relevância, tivemos também as unidades de Artilharia mobilizadas para assegurar as missões de apoio de fogos, em menor dimensão, também de defesa antiaérea. No entanto esta dimensão da mobilização da Arma de Artilharia para um novo ambiente operacional, para o qual não existia doutrina nem experiência consolidada, sentiu enormes dificuldades.

Quando se cumprem 50 anos após o início da guerra de África o tema reveste-se de grande importância, devido à inexistência de um estudo aprofundado relativo a esta temática no âmbito da Arma de Artilharia, podendo enriquecer o historial da mesma. Devido a isso, consideramos essencial realizar um estudo que venha dar a conhecer o esforço de mobilização desenvolvido nas unidades de Artilharia, identificando a tipologia das unidades de combate mobilizadas pela Arma; a proporção relativa de unidades de Artilharia (AC e AAA) e Atiradores enviadas para os três teatros de operações e identificar quais foram as unidades mobilizadoras, podendo assim fornecer novos dados acerca da participação da Artilharia Portuguesa nas Campanhas de África.

Um estudo acerca da mobilização das unidades de Artilharia para as campanhas de África é bastante extenso, pelo que foi necessário delimitar o problema em estudo. Assim, com base na tipologia das unidades mobilizadas pela Arma de Artilharia entre 1961 e 1974, serão consideradas as unidades constituídas, de escalão Companhia e Batalhão (no caso das unidades de Atiradores de Artilharia) e as unidades de escalão Bateria e Grupo (das unidades de Artilharia de Campanha e Antiaérea). Tendo em consideração o facto de algumas unidades de Artilharia terem sido mobilizadas nas próprias províncias ultramarinas, com base nas designadas tropas de recrutamento local, é necessário considerar não apenas as unidades mobilizadas na metrópole mas também as unidades do dispositivo territorial do próprio Teatro de Operações.

Para realizarmos um trabalho desta natureza é essencial que criemos um método de investigação, “[A] palavra «método» é de origem grega (méthodos) e significa «o conjunto de etapas e processos a serem cumpridos ordenadamente», na investigação” (Reis, 2010, p.7).

Para elaborar este TIA analisámos os relatórios de operações, treinos realizados aquando do aprontamento das unidades e as histórias das unidades sendo que os livros publicados posteriormente são também uma fonte de informação importante que utilizaremos neste trabalho. Foram utilizadas revistas de Artilharia, publicadas naquela época, verificando o que foi escrito e quais os sentimentos que pairavam no seio dos oficiais mais antigos da Arma. Adicionalmente, realizámos entrevistas a oficiais presentes nas campanhas de África, para melhor percebermos o seu processo de mobilização. O estado da arte, relativamente à existência de trabalhos sobre este assunto em Portugal, revela que sobre esta temática ainda não foram desenvolvidos estudos com a profundidade e o carácter científico necessário para constituir uma contribuição inovadora e original para o conhecimento na área da história militar.

Por razões metodológicas, para melhor sistematização do trabalho, será necessário reduzir a problemática e o objeto de estudo a um enunciado que, em síntese, possa equacionar o problema através de uma questão central, cuja redação, embora resumida, não deixe de apresentar o objeto de estudo. Assim será considerada a seguinte questão central: **“Como foi o empenhamento da Arma de Artilharia durante a Guerra de África (1961-1974), relativamente à tipologia e à quantidade das unidades mobilizadas para emprego operacional em cada um dos três teatros de operações (Angola, Guiné e Moçambique)?”**

A resposta a esta questão central será decomposta nas seguintes questões derivadas:

1ªQD – Qual a tipologia das unidades mobilizadas pela Arma de Artilharia, na metrópole e nas províncias ultramarinas, para emprego operacional na guerra de África (1961-1974)?

2ªQD – Como evoluiu o ritmo de mobilização de unidades de Atiradores de Artilharia e das unidades de Artilharia de Campanha e Antiaérea?

3ªQD - Qual foi a dimensão relativa da mobilização de unidades de Atiradores de Artilharia e das unidades de Artilharia de Campanha e Antiaérea para emprego no TO de Angola?

4ªQD - Qual foi a dimensão relativa da mobilização de unidades de Atiradores de Artilharia e das unidades de Artilharia de Campanha e Antiaérea para emprego no TO da Guiné?

5ªQD – Qual foi a dimensão relativa da mobilização de unidades de Atiradores de Artilharia e das unidades de Artilharia de Campanha e Antiaérea para emprego no TO de Moçambique?

No desenvolvimento da investigação foram consideradas as seguintes hipóteses, ou respostas provisórias, as quais poderão ser confirmadas na sua totalidade, parcialmente confirmadas ou negadas:

1ª H – A maior parte das unidades mobilizadas pela Arma de Artilharia durante a Guerra de África, foram unidades de Atiradores escalão Companhia.

2ª H – O ritmo de mobilização foi crescente até ao ano de 1970, decrescendo até ao final do conflito.

3ª H – Para Angola foram enviadas unidades de Artilharia de Campanha e Antiaérea e do tipo Atiradores, embora esta última o tenha sido em maior número.

4ª H – Para a Guiné, a tipologia das unidades mobilizadas e enviadas da metrópole foi apenas do tipo escalão Companhia de Atiradores e Artilharia Antiaérea.

5ª H – Para Moçambique foram enviadas da metrópole apenas unidades do tipo escalão Companhia de Atiradores, sendo a AC e AAA mobilizadas pelo dispositivo local.

Este Trabalho de Investigação Aplicada é composto por uma parte pré textual, pela parte textual e por uma parte pós textual. A parte textual é composta pela introdução, por quatro capítulos de desenvolvimento e pelas conclusões.

O primeiro capítulo faz referência ao estado da nação Portuguesa na década de 1960 no contexto internacional, revendo as relações estabelecidas com outros países, com a ONU e com a NATO. Abordamos ainda a origem e a adoção da doutrina militar para a guerra contra subversiva, para caracterizar os novos conceitos doutrinários que este tipo de conflito impôs, também ao nível da Arma de Artilharia. No segundo capítulo analisamos o dispositivo militar de Artilharia presente na Metrópole e descrevemos todas as unidades de Artilharia (AC e AAA) mobilizadas para os teatros de operações de Angola, Guiné e Moçambique. No terceiro capítulo tratamos as unidades de Artilharia do tipo atiradores (Companhias e Batalhões de Artilharia) mobilizadas na metrópole para o teatro de operações de Angola, Guiné e Moçambique.

Capítulo 1

A Guerra de África (1961-1974)

”Nenhum país jamais se
beneficiou de uma guerra prolongada”
Sun Tzu

1.1 Situação Portuguesa na década de sessenta

A política de defesa Portuguesa sofre, desde o final da 2ª Guerra Mundial até ao início da década de sessenta, três grandes alterações. Logo após a 2ª Grande Guerra a defesa de Portugal era baseada na “defesa estática dos Pirenéus e a manutenção dos regimes ibéricos” (Telo, 1998, p.27). Com a adesão à NATO o nosso conceito de defesa passou dos pequenos Pirenéus para a Europa como um todo, baseando-se numa “força essencialmente aeronaval na defesa da Europa além-Pirenéus” (Telo, 1998, p.27). O Exército, durante a década de 50, “ensaçou um conjunto de reformas que traduziam uma crescente preocupação com o ultramar” (Afonso e Gomes, 2009 – volume1, p.27), adivinhando o que viria a acontecer pouco tempo depois “[e]m 1959, passa a ser colocada de forma clara a tónica na defesa do império, muito especialmente da Guiné, Angola e Moçambique” (Telo, 1998, p. 27). Esta preocupação é bem vinculada na “[d]irectiva de 20 de Janeiro de 1960 do Chefe de Estado Maior das Forças Armadas” (Afonso e Gomes, 2009 – volume1, p.37). Nesta directiva o Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) estabelece novas prioridades, “a ameaça principal deixou de ser a Espanha e passou a situar-se em África, pelo que, devíamos-nos preparar para uma guerra defensiva contra os países vizinhos e para uma guerra subversiva no seu interior” (Afonso e Gomes, 2009 – volume1, p.37).

No início da década de sessenta, o nosso país estava na eminência daquilo que seria “um dos maiores esforços que Portugal desenvolveu para sustentar forças a grande distância” (Telo, 2010, p.14). Este grande esforço, que aparentemente parece ser

desenvolvido por Portugal de uma forma isolada, viria a estender-se por um período de 13 anos. Começou a 4 de Fevereiro de 1961, quando ocorreram em Luanda algumas ações levadas a efeito pelos movimentos de libertação que marcaram o início da fase violenta da guerra subversiva, com a consequente necessidade de um reforço militar intenso e prolongado que só terminou com a revolução a 25 de Abril de 1974.

O esforço de Portugal foi tremendo, sendo considerado maior que “o esforço dos EUA no Vietname ou o da França na Argélia” (Telo, 2010, p15). Com um modesto dispositivo militar, no período compreendido entre 1961 e 1974, Portugal colocou nas suas colónias uma média de “117 000 homens” (CECA, 1988 – 1ºvolume, p.240) por ano, atingindo o número máximo de “149 090” (CECA, 1988 – 1ºvolume, p.242) em 1973. Este grande esforço é insuportável para uma nação como Portugal, pelo que houve a necessidade de intensificar as relações diplomáticas com outros países.

Neste capítulo colonial os habituais parceiros de Portugal tinham uma visão bastante diferente. A “Inglaterra, tinha dado a independência às suas colónias em África desde finais dos anos cinquenta, exceto no caso da África Austral¹ onde estavam em causa problemas diversos” (Telo, 2010, p.15). Os EUA fizeram “aprovar uma série de importantes documentos de reflexão estratégica sobre África pelo NSC (National Security Council)” (Telo, 2010, p.15), onde a estratégia americana “reconhecia que iriam ocorrer dezenas de independências das colónias em África e que os EUA teriam de manter boas relações com estes novos países” (Telo,2010,p.15).

A Conferência de Bandung², onde surge o chamado “terceiro mundo” (CECA, 1988 – 1ºvolume, p.48), vem dar mais força aos países que, embora “atrasados no processo de emancipação” (CECA, 1988 – 1ºvolume, p.48), queriam a independência, isolando cada vez mais Portugal, condenando a sua política colonial.

¹ Parte Sul do continente Africano, composta pelos seguintes países: África do Sul, Angola, Botswana, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícia, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábwe.

² A conferência de Bandung ocorreu “em Bandung, na Indonésia em 1955, participaram 29 países” (Afonso e Gomes, 2009 – volume 1, p.21). Desta conferência foram estabelecidos os seguintes pontos: “Respeito pelos direitos fundamentais, de acordo com a Carta das Nações Unidas; Respeito pela soberania e integridade territorial de todas as nações; Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas; Não intervenção e não ingerência nos assuntos internos de outro país; Respeito pelo direito de cada país se defender, individual e colectivamente, de acordo com a Carta das Nações Unidas; Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos, de acordo com a Carta das Nações Unidas” (Afonso e Gomes, 2009 – volume 1, p. 21).

1.2 Relação Portugal - NATO³

No início da Guerra de África Portugal era membro da NATO, tendo sido um dos seus fundadores. A criação desta Aliança Atlântica acontece após o final da segunda Guerra Mundial, no ano de 1949, em que Portugal conseguiu manter a sua neutralidade. Porém no final, sofreu um certo afastamento das potências vencedoras. Portugal estava isolado, a sua política externa não se fazia sentir, “Portugal tinha estado afastado do reordenamento da cena internacional no pós-guerra, para não dizer que tinha estado, internacionalmente, marginalizado entre 1945 e 1949” (Teixeira, 1995, p.803).

No entanto, o final da 2ª Grande Guerra divide o mundo em dois blocos: de um lado tínhamos os Estados Unidos da América e do outro a União Soviética⁴. Isto levou à criação de um “novo sistema de segurança mundial” (Teixeira, 1995, p.804). É neste novo modelo de segurança que Portugal aparece, devido à sua favorável posição geográfica, como nos relata Santos (2008, p.1) “foram questões de ordem geopolítica e estratégica que ditaram o convite à adesão de Portugal”. Este modelo americano de defesa tinha como finalidade principal fazer face a qualquer ameaça proveniente da União Soviética. Baseava-se na constituição de “dois pilares: o primeiro, no continente norte-americano, assente no potencial estratégico dos Estados Unidos, retaguarda e autogarantia de todo o sistema; o segundo, no continente europeu, linha da frente e defesa imediata, baseada nos países do Tratado de Bruxelas de 1948⁵” (Teixeira, 1995, p.804).

É essencial, para qualquer tipo de defesa, que a ligação frente-retaguarda e vice-versa seja feita da forma mais rápida e adequada, já que é particularmente neste ponto que Portugal, com o seu posicionamento geográfico, assume especial relevância, sendo “esta a razão essencial do convite a Portugal” (Teixeira, 1995, p.804), “[A]s ilhas dos Açores conferiam um valor estratégico acrescentado, tendo sido base importante na primeira guerra revelar-se-ia decisiva na segunda e indispensável no decorrer da guerra fria” (Teixeira, 1995, p.804).

³“A NATO constituída em 1949, é a estrutura política para uma aliança internacional estabelecida para prevenir ou repelir uma eventual agressão criando assim um sistema de defesa colectiva efectivo, capaz de se opor à pressão militar e política e evitar o alargamento da URSS à Europa de Leste e a outras regiões do continente” (Santos, 2008, p.54).

⁴URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) criada em Dezembro de 1922 com a união dos seguintes países: Rússia, Ucrânia, Bielorrússia, Transcaucásia e as Repúblicas da Ásia Central.

⁵“O Tratado de Colaboração Económica, Social e Cultural e de Defesa Colectiva assinado em Bruxelas a 17 de Março de 1948 por representantes da França, dos três países do Benelux, e do Reino Unido da Grã Bretanha e da Irlanda do Norte, conhecido por Tratado de Bruxelas” (Cutileiro, 2008, p.1).

Explicado o porquê do convite a Portugal, é preciso analisar o porquê da aceitação desse convite por parte de Portugal. Como referido anteriormente, Portugal tudo fez para conseguir manter a sua neutralidade durante a segunda Guerra Mundial e com a entrada para a aliança, assume claramente uma posição de apoio ao Ocidente. As razões apontadas para a mudança de atitude por parte de Salazar são muitas, “[d]esde os anos 50 aos nossos dias, várias têm sido as tentativas da historiografia portuguesa para responder a esta questão.” (Teixeira, 1995, p.804). Podemos então, fazendo uma análise com base no texto escrito por Nuno Severiano Teixeira, *Portugal e a NATO: 1949-1989*, apontar alguns motivos para a aceitação por parte de Portugal do convite feito para se integrar no seio da NATO. Analisando a questão sob o ponto de vista da geopolítica e da geoestratégica, constatou-se que “não só a ameaça soviética impunha a Aliança Atlântica como saída única para a segurança do Ocidente, como a situação geoestratégica do território português e a conjuntura particularmente grave da guerra fria impunham a Portugal uma adesão à Aliança, e não simplesmente um acordo bilateral com os Estados Unidos” (Carvalho, 1953, como citado em Teixeira, 1995, p.805). Alguns historiadores defendem, como verdadeiro motivo para a nossa entrada, a personalidade de Salazar: “em primeiro lugar, a importância do papel de Portugal enquanto membro fundador; em segundo lugar, a atribuição da paternidade da ideia da Aliança ao próprio Salazar” (Nogueira, 1980, como citado em Teixeira, 1995, p.805). Outros há que defendem que a nossa entrada teve apenas motivos políticos, podendo ser vista como um ataque de Salazar ao comunismo e uma defesa da sociedade ocidental.

No entanto as negociações não foram pacíficas, havendo alguma resistência em relação a certos parâmetros por parte de Portugal, nomeadamente “[a] alusão à Carta da ONU, a que Portugal não pertencia, e ao modelo democrático parlamentar, que o Estado Novo recusava; em segundo lugar, a recusa de qualquer solução de integração ou supranacionalidade, suspeitando de que o verdadeiro objectivo do pacto fosse a obtenção em tempo de paz do estacionamento e utilização da base dos Açores, receando a perda do seu controle; em terceiro lugar, o caso da Espanha, excluída do pacto, que Salazar, afirmando a unidade estratégica da Península Ibérica, considerava fundamental para a defesa do Ocidente; finalmente, a duração de vinte anos para a vigência do tratado, período que considerava excessivamente longo, receando ver-se envolvido num novo conflito depois da neutralidade conseguida na segunda guerra.” (Teixeira, 1995, p.806).

Portugal assina o pacto e as esperadas mudanças na defesa do país fazem-se logo sentir em 1951, data em que Portugal assina dois acordos com os Estados Unidos da América: “em Janeiro, assinou-se o acordo de Auxílio Mútuo para a Defesa de Portugal e os Estados Unidos da América e em setembro do mesmo ano o Acordo de Defesa entre Portugal e os Estados Unidos.” (Santos, 2008, p.1). O reequipamento das Forças Armadas acontece durante a década de 50, e apesar deste equipamento apenas puder ser empregue na área do Atlântico Norte, “Portugal consegue incluir um anexo secreto aos acordos de 1951 que salvaguarda, ainda que ambigualmente, uma possível utilização daquele equipamento nas colónias portuguesas.” (Santos, 2008, p.1).

Com o decorrer da década de 50 as relações de Portugal com a NATO, mesmo de Portugal com os EUA, começam a ser cada vez menores. Em 1959 Botelho Moniz⁶ faz um memorando onde nos diz “que os compromissos NATO vão ser postos em segundo plano, quando se diz que se deve «evitar cuidadosamente novo compromisso com a NATO que envolvam mais encargos financeiros, mas honrar os já assumidos” (Telo, 1998, p.27). O mesmo ocorre com os compromissos de defesa, estabelecidos com a Espanha.

Efetivamente pode-se dizer que, com este memorando, Botelho Moniz trata “como assuntos menores as duas principais preocupações no campo da defesa nos últimos 10 anos” (Telo, 1998, p.27) virando todos os seu esforços para África “«aumentar, na medida do possível, o esforço de defesa do Ultramar” (Telo, 1998, p.27).

1.3 Relação Portugal - ONU

Portugal, devido ao seu sistema político e ao facto de ter estado afastado da cena internacional durante a segunda guerra mundial e no período que se lhe seguiu, apenas entra para a Organização das Nações Unidas em 14 de Dezembro de 1955 (Coelho, 2007, p.2). Aquando da sua entrada para a ONU, a política colonial é logo posta em causa.

A posição da ONU sobre este assunto era bastante evidente e o secretário-geral dirigiu de imediato “ao Governo português «uma nota perguntando se este administrava qualquer território a que se aplicasse o artigo 73.º da Carta” (Martins, 1998, p.191).

⁶ Ministro da Defesa substituiu em 1958 Santos Costa.

Salazar conseguiu, através do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo da Cunha, utilizar “argumentos de natureza histórico-jurídica. Pareceram eles sempre os mais adequados para a defesa da legitimidade das posições relativamente ao chamado Ultramar.” (Martins, 1998, p.189). Com o evoluir da guerra Portugal é obrigado a fazer ações de contraguerrilha nos países situados na vizinhança das suas colónias, motivado pelo facto de estes fazerem o apoio logístico aos guerrilheiros, sendo assim “em Outubro de 1966, Julho de 1967 e Novembro de 1968,..., condenado por interferências no Zaire; em Maio de 1965 e Agosto de 1967, por agredir o Senegal; em Maio de 1965 e em Julho de 1966 por ações no Congo-Brazzaville; em março de 1967, por denúncia da Guiné-Conacri; em Agosto e em Dezembro de 1966, por interferir na Zâmbia e Tanzânia” (Cervelló, 1998, p.300). Portugal sai da UNESCO quando esta, “em Maio de 1971, decidiu financiar programas educativos para os refugiados” (Cervelló, 1998, p.300) nos países acima referidos. A fricção entre Portugal e a ONU foi sendo cada vez maior, chegando ao seu pico quando “o conselho de Segurança se reuniu em Adis Adeba com representantes do MPLA, Frelimo e PAIGC” (Cervelló, 1998, p.302).

As relações com a ONU começaram a prosperar após o 25 de Abril de 1974, pois o processo de descolonização ditou o regresso de Portugal “à Organização das Nações Unidas e ao seio da comunidade internacional” (Cervelló, 1998, p.302).

1.4 A novidade da Guerra Subversiva: Os novos princípios doutrinários

“O tempo trabalha sempre a favor da subversão”

(Pinheiro, 1963, p.27)

1.4.1 Guerra Subversiva

Depois da 2ª Guerra Mundial as Forças Armadas dos países ocidentais foram confrontadas com uma nova guerra, uma nova forma de luta: a Guerra Subversiva. Os Franceses tiveram contato com esta nova forma de luta durante os confrontos na Indochina e na Argélia e para eles foi uma luta “perigosa e enganadora” (Pinheiro, 1963, p.17). Este novo modelo de atuação não aparece com o final da 2ª Grande Guerra,

é baseado em “teorias e práticas marxistas” (Alves, 2010, p.1291) que tiveram o seu êxito inicial na Rússia em 1917 aquando da queda dos czares, seguindo-se-lhe uma série de países⁷, entre os quais a Espanha com a guerra civil⁸.

Para analisar este novo tipo de luta torna-se essencial adotar uma definição comum, pelo que a que nos apresenta Joaquim Pinheiro nos parece adequada: “é a luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, reforçados e ajudados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas nesse território, com a finalidade de lhes retirar o domínio desse território e da sua população ou, no mínimo, paralisar a acção dessas autoridades” (1963, p.18). Segundo este autor, a guerra subversiva tem 5 fases, sendo todas elas dependentes da anterior, para que uma força consiga deter o evoluir de uma guerra subversiva, a forma mais viável é deter o progresso de uma das fases. Para o autor apenas se consegue atingir uma determinada fase se a anterior estiver bem cimentada (Pinheiro, 1963). Segundo o autor as fases desta forma de luta são as seguintes:

“1ª Fase – *Fase preparatória* ou de preparação da subversão;”;

“2ª Fase – *Fase da agitação* ou da criação do ambiente subversivo;”;

“3ª Fase – *Fase do terrorismo e da guerrilha* ou da consolidação da organização subversiva;”;

“4ª Fase – *Fase do Estado subversivo*, correspondente à criação de bases, de governo rebelde e de forças pseudo-regulares;”;

“5ª Fase – *Fase final* ou da insurreição geral e da guerra propriamente dita.” (Pinheiro, 1963, p.19).

A 1ª Fase é conduzida em segredo, nenhuma autoridade legal consegue aperceber-se do que se está a preparar e não há manifestação pública. A 2ª Fase é o início da manifestação de que algo não está bem e os mentores começam os primeiros movimentos tendo em vista a angariação de seguidores. Na 3ª Fase ocorre o escalar da violência e as forças procuram angariar o máximo de população possível. A 4ª Fase consiste na criação de bases para sustentação da revolta e nestes locais as forças, revoltosas têm superioridade em relação às forças legalmente constituídas. A 5ª Fase é a

⁷ “Alemanha (1918-1922), China (1924-1949), Espanha (1931-1936; 1936,1939), Jugoslávia (1941-1944), Palestina (1936-1939; 1947-1948), Indochina (1945-1954), Malásia (1945-1954), Indonésia (1945-1956), Irão (1946-1953), Filipinas (1946-1953), Birmânia (1946-1956), Grécia (1946-1949), Checoslováquia (1948), Coreia (1950-1953), Tunísia (1934-1954), Marrocos (1945-1956), Argélia (1945, 1962), Iraque (1958-1959), Cuba (1952-1959)” (Oliveira, 1963, p.102).

⁸ Guerra Civil Espanhola ocorreu entre 1931 e 1936, deu origem à República da Espanha.

fase da confirmação, onde são criadas pequenas forças, que marchando a partir de uma das bases, tentam conquistar o restante território (Pinheiro, 1963).

1.4.2 O Exército Português na Guerra Subversiva

1.4.2.1 Origem da Doutrina Contra subversiva

Com a entrada para a NATO foram estabelecidos acordos prevendo a receção de equipamento militar moderno por parte do nosso exército, paralelamente à divulgação da nova doutrina Americana, junto dos quadros que começaram a frequentar cursos no âmbito da NATO nos EUA e na Inglaterra, no âmbito da guerra contra subversiva, em França e Argélia. É numa dessas missões de observação que os oficiais e sargentos do exército português tomam contacto, pela primeira vez, com a guerra subversiva, “[e]nviamos uma *missão de observação de cinco oficiais à Argélia*, à qual se seguiu uma nova missão de 15 sargentos e oficiais para instrução operacional” (Alves, 2010, p.1299), e toda esta experiência era cuidadosamente filtrada e passada aos estabelecimentos de ensino militar.

O mais importante dos manuais publicados foi o «Exército e a Guerra Subversiva», através do qual podemos conhecer as formas de atuar do exército na chamada contra subversão, sendo definidas três grandes tipos de missões: “combater bandos armados, as guerrilhas e as forças pseudo-regulares, executando operações militares defensivas e ofensivas; exercer ação psicológica principalmente sobre a população, para a tornar mais recetiva a uma eficaz ação social, contribuindo assim para conservar ou reconquistar o apoio dessa população; dar apoio às autoridades civis, atuando em cooperação com elas na manutenção da ordem, garantindo o controlo da população e assegurando a manutenção dos serviços essenciais, quando necessário” (Afonso e Gomes, 1998, p.60).

Para cumprir estas novas missões, o exército teve que estabelecer um amplo dispositivo territorial nos teatros de operações, através das designadas “forças de quadrícula”, que eram unidades “dispersas por todo o território, destinadas a guarnecê-lo, a estabelecer e manter contacto com os habitantes” (Afonso e Gomes, 1998, p.142).

1.4.2.2 Atividades do Exército na Guerra subversiva

Como referido anteriormente, a guerra subversiva não valoriza o contacto efetivo das forças. Na subversão, as guerrilhas⁹ atuam de forma isolada e não procuram o confronto direto. O Exército, tendo por base a doutrina consolidada após a 2ª Grande Guerra Mundial, estava preparado para a guerra convencional, bastante diferente da guerra com a qual se deparou.

Em 1961 o Ministério do Exército publicou “O Exército na guerra subversiva”, onde se definem todas as atividades que o exército deve desenvolver, assim como quem e quando as deve desenvolver. “A estratégia, a tática e a técnica de combate regular são modificados por forma a enfrentarem os aspectos irregulares da guerra de guerrilhas.” (M.E., 1961, p.31). Como as guerrilhas não têm um apoio logístico próprio, remetem esse papel para as populações, pelo que é essencial controlar todos os civis, sendo por isso tomadas medidas preventivas para diminuir as “possibilidades de colaborar com as guerrilhas inimigas” (M.E., 1961, p.51). Estas medidas não sendo ineficazes, têm de ser complementadas por outras, com cariz mais punitivo, materializadas “pela aplicação de punições severas aos infractores” (M.E., 1961, p.52). Devem no entanto, ser usadas de forma cuidada, uma vez que, quando empregues em inocentes tem o efeito oposto ao desejado.

1.4.2.2.1 Atividades do Exército – Segurança

As atividades do Exército, tendo em vista a segurança, desenrolavam-se principalmente, em «Estação» e em «Deslocamento».

Em Estação a defesa tinha como objetivo a proteção de postos, bivaques, acantonamentos, plantações e cultura, pontos essenciais¹⁰. (M.E., 1961). Os postos eram

⁹ No âmbito militar o conceito de guerrilha consiste na “acção de forças militares ou militarizadas ou até de simples bandos armados. A guerrilha não tem por finalidade alcançar a vitória pelo aniquilamento do adversário, finalidade dos exércitos regulares, mas sim a de contribuir para que estes atinjam tal finalidade, ganhando tempo, desgastando o adversário e, se possível, tornando a vida impossível às forças de ocupação. A guerrilha pode ser feita como apoio e reforço da guerra regular, em substituição da guerra regular em caso de inferioridade absoluta de um dos contendores e, normalmente, como prolongamento da resistência da Nação que, batidas e desorganizadas as suas Forças Armadas, não quer capitular. O recrutamento para a guerrilha pode fazer-se nas forças do exército regular, com forças de voluntários militarizados e com grupos de civis armados” (Pinto, 2009, p.12).

¹⁰ “[i]nstalações, obras de arte, acidentes do terreno, etc., que sejam importantes para a vida das tropas e populações” (M.E., 1961, p.55).

geralmente utilizados para “proteger pontos essenciais, vigiar e proteger um troço do itinerário e garantir a segurança em determinada área de terreno” (M.E., 1961, pp.52-53). A sua segurança tinha em conta o estabelecimento de “um sistema de defesa bem equilibrado, com trabalhos de organização de terreno tão desenvolvidos quanto possível, um eficiente sistema de comunicações interior e exterior, um plano de fogos bem ajustado,...” (M.E., 1961, p.53). A segurança em Bivagues, locais de carácter temporário, articula-se “em tantos núcleos de defesa quantos o efectivo da unidade a bivacar o aconselhar” (M.E.,1961, p.54), cuja sua protecção assenta essencialmente em dois aspetos: “na perfeita adaptação ao terreno da sua articulação” (M.E., 1961, p.54) e “no segredo do dispositivo, eficazmente mantido pela frequente mudança dos postos que monta para a sua defesa, em particular de noite” (M.E., 1961, p.54). Os acantonamentos são feitos, de uma forma geral, “quando as condições climáticas o imponham e a situação geral o permita” (M.E.,1961, p.54), não têm uma forma de defesa e protecção própria. Quando estabelecidos são transformados em postos, sendo a sua defesa feita de forma semelhante. As plantações e cultura, quer pela sua importância económica, quer pela sua importância moral, são objetivos de ataque por parte das guerrilhas. Devido às suas elevadas dimensões, o efetivo militar a empregar seria bastante elevado, pelo que a sua defesa deve ser garantida por “grupos de civis de autodefesa” (M.E.,1961, p.55). Estes grupos seriam instruídos pelas tropas presentes na área. Por último, temos os pontos essenciais, que têm uma defesa segundo o seguinte dispositivo, “segurança imediata, segurança próxima, segurança afastada” (M.E., 1961, p.56).

Em deslocamento, as colunas militares ficavam mais vulneráveis e sujeitas “por parte da guerrilha, a flagelamentos e emboscadas, ações estas levadas a efeito por forças instaladas nas margens do itinerário antes da passagem da coluna” (M.E., 1961, p.60). Os deslocamentos podiam ser feitos por todo o terreno ou por itinerários permanentes.

1.4.2.2.2 Atividades do Exército – Ofensiva

Na guerra subversiva, a “ameaça de guerrilha deve ser contida desde o mais cedo possível por uma acção agressiva e ofensiva” (M.E., 1961, p.93).

As medidas de contra guerrilha não podem apenas visar as medidas de segurança. Têm de garantir medidas ofensivas, com várias finalidades, sendo a principal

a destruição das guerrilhas. Estas operações têm de ser contínuas, procurar a surpresa e estar dotadas de alta mobilidade. Como formas de ação na ofensiva temos o cerco, ataques e perseguição e limpeza. O cerco na luta de contra guerrilha era o método “mais eficaz de as destruir completamente” (M.E., 1961, p.96), sendo feitos em profundidade e com armas de apoio, precavendo sempre “possíveis ataques em força das guerrilhas e para bloquear todos os caminhos de fuga” (M.E., 1961, p.96). Este tipo de atividade tinha o inconveniente de necessitar de um grande número de efetivos, independentemente do número de guerrilheiros cercados. O ataque era usado, quando o tempo disponível ou o terreno, não permitiam que se efetuasse o cerco. Nestas operações o fator surpresa, aliado a boas informações, era essencial para o cumprimento da missão.

A perseguição e limpeza eram utilizadas para, como o próprio nome indica, perseguir e limpar qualquer tipo de guerrilha que conseguisse fugir. Estas forças deviam ser especialmente “equipados e abastecidos” (M.E., 1961, p.106), por forma a que possam fazer face aos pequenos grupos de guerrilheiros com elevada mobilidade.

1.4.3 A arma de Artilharia na guerra de contra subversão

1.4.3.1 Missão da Artilharia na guerra subversiva

Durante as Campanhas de África o grosso das forças mobilizadas em unidades de Artilharia combateu efetivamente como unidades de Infantaria, existindo algumas exceções. A principal missão das unidades mobilizadas pela Artilharia foi muito similar à das unidades mobilizadas pela Infantaria.

Àquelas que foram combater como arma de apoio de fogos foram-lhe atribuídas missões idênticas às que lhe eram atribuídas na guerra convencional. No entanto, fogos de contrabateria e o apoio imediato às forças empenhadas foram muito pouco utilizados. As missões com especial importância seriam as de dissuadir, flagelar e eliminar eventuais focos de ameaça, tendo como objetivo desorganizar o apoio logístico inimigo, reduzir a sua vontade de combater e impedir que efetuasse o seu planeamento de forma descontraída. Estava ainda presente em operações de cerco, de patrulhamento, de ataque, entre outras (Machado, 1966).

1.4.3.2 Organização para o combate na contra subversão

Num cenário de contraguerrilha a dispersão é um fator essencial, pelo que também a Artilharia sentiu a necessidade de adotar um novo tipo de dispositivo mais dividido pelo território. Assim sendo, a organização tradicional em Grupos de Artilharia de Campanha não era viável, levando à criação de unidades de menor escalão, com menos efetivo, mas com a preocupação de garantir algumas das missões próprias da Artilharia. Surgiram então os Pelotões de Artilharia, compostos por duas ou três bocas de fogo, colocados em apoio a unidades escalão Batalhão ou mesmo Companhia de Atiradores. Esta nova organização obrigava a que cada Pelotão tivesse meios próprios de direção técnica do tiro, com um Posto Central de Tiro, com a composição idêntica à do PCT da Bateria, no qual o oficial subalterno (em regra Alferes, oficial miliciano), comandante do Pelotão, tinha que ser também o chefe de PCT.

A defesa dos aquartelamentos era uma prioridade tão importante que este tipo de unidade de Artilharia (Pelotão de Artilharia de Campanha) passou a ter missões neste âmbito, uma vez que os ataques de fogos indiretos e diretos eram constantes, as bocas de fogo eram colocadas segundo o rumo de vigilância, coincidente com as principais direções de ataque do inimigo e do rumo mais provável para reagir aos ataques de fogos indiretos do In, utilizando frequentemente meios expeditos de direção do tiro, como o designado na gíria por “método dos bidões”. Este método baseava-se na utilização de um bidão, geralmente cheio de cimento, com uma escala no seu topo e uma seta que representava a seta das bússolas. Depois de visto o clarão ou através da audição, estimava-se uma direção. Posteriormente, com o auxílio das cartas topográficas, estimava-se a distância, obtendo-se assim os valores que permitiam os cálculos dos elementos de tiro aproximados.

1.4.3.3 Atividades que a Artilharia pode desenvolver na contra subversão

De acordo com a doutrina e com base em diversos relatórios constantes nas histórias das unidades, podemos ter conhecimento de inúmeras operações onde a Artilharia contribuiu de forma relevante para reduzir o potencial do adversário e para a proteção das nossas forças. Segundo a doutrina, grande parte das missões atribuídas às

unidades de Artilharia de Campanha consistia na flagelação do inimigo, procurando fazer diminuir a sua vontade de combater através do enorme poder dissuasivo característico da Arma.

Como nos diz Silva Perdigão, a atividade das unidades de Artilharia, que efetivamente atuaram como Artilharia, podem ser resumidas nas seguintes (2003):

- “Defesa Imediata do Próprio Estacionamento – pelos PelArt atribuídos de reforço a uma unidade de quadrícula,..., [a]s bf eram instaladas em espaldões que garantiam alguma protecção às guarnições”.
- “Apoio Imediato a Estacionamentos Atacados – Esta era uma das missões mais rentáveis, consistindo em fazer fogo (a pedido), da posição permanente”.
- “Apoio Imediato a Forças em Operações – A falta de referências no terreno para efeitos de orientação e localização topográfica de força, aliada á falta de confiança na precisão do tiro, dificultava os pedidos de apoio”.
- “Flagelação de Zonas Suspeitas – A maioria das unidades usavam a sua Art de reforço para fins de flagelação sobre áreas suspeitas”.
- “Contrabateria – Quando um aquartelamento era flagelado, procurava-se inferir a origem dos disparos através da observação das direcções dos clarões ou da proveniência do som dos disparos”.
- “Neutralização de Instalações do In – Este tipo de acção tinha como condicionantes a instabilidade do In (difícil de localizar e bater em tempo oportuno) ” (Perdigão, 2003, p.379).

Devido a todos os condicionamentos existentes no Teatro de Operações, a Artilharia teve grandes dificuldades em atuar como arma de Apoio de Fogos, mesmo assim, “nas poucas missões Artilheiras em que estiveram envolvidos, garantiram um apoio eficaz, eficiente e oportuno[...]

” (Perdigão, 2003, p.382).

Capítulo 2

Mobilização de unidades de Artilharia de Campanha e Antiaérea

“[a]s granadas de Artilharia são muito temidas pelo povo e pelos guerrilheiros, pois nunca se sabe de onde vêm, nem a que horas chegam, do dia ou da noite; nem como se defender delas, pois mesmo nos abrigos, as pessoas são atingidas”
(COFI, 1970, p.32).

2.1 Dispositivo de Artilharia

As unidades do exército português¹¹ pertencentes à Arma de Artilharia, durante o período em estudo, eram as que a seguir se indicam:

- Bateria Independente de Defesa de Costa Nº1, na Horta
- Bateria Independente de Defesa de Costa Nº2, no Funchal
- Campo de Tiro de Artilharia de Alcochete, em Alcochete
- Escola Prática de Artilharia, em Vendas Novas
- Grupo de Artilharia Contra - Aeronaves Nº2, em Torres Novas
- Grupo de Artilharia Contra – Aeronaves Nº3, em Espinho
- Grupo de Artilharia Contra Aeronaves Nº1, em Cascais
- Grupo de Artilharia de Guarnição, em Ponta Delgada
- Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa, em Queluz
- Regimento de Artilharia de Costa, em Oeiras
- Regimento de Artilharia Ligeira Nº1, em Lisboa
- Regimento de Artilharia Ligeira Nº2, em Coimbra
- Regimento de Artilharia Ligeira Nº3, em Évora
- Regimento de Artilharia Ligeira Nº4, em Leiria
- Regimento de Artilharia Ligeira Nº5, em Penafiel

¹¹ Dispositivo Metropolitano, Arquipélago dos Açores e Arquipélago da Madeira. (EME, 1988, pp. 149-164):

- Regimento de Artilharia Pesada N°2, em Vila Nova de Gaia
- Regimento de Artilharia Pesada N°3, na Figueira da Foz

2.2 Unidades mobilizadoras de unidades de Artilharia

Na Metrópole, as unidades de Artilharia que foram responsáveis por mobilizar as unidades de Artilharia de Campanha e Artilharia Antiaérea para as campanhas de África, foram as seguintes¹²:

- Regimento de Artilharia Ligeira N°1 (RAL1)
- Regimento de Artilharia Ligeira N°3 (RAL3)
- Regimento de Artilharia Ligeira N°4 (RAL4)
- Regimento de Artilharia Ligeira N°5 (RAL5)
- Regimento de Artilharia Pesada N°2 (RAP2)
- Regimento de Artilharia Pesada N°3 (RAP3)
- Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa (RAAF)

Estas unidades mobilizaram unidades de Artilharia de Campanha apenas para o teatro de Angola. No caso do teatro de Moçambique e da Guiné apenas os quadros tinham origem na Metrópole, sendo que os restantes militares objeto de recrutamento local. De Artilharia Antiaérea foram mobilizadas Baterias para Angola e para a Guiné, no caso de Angola a primeira Bateria AAA foi enviada em 1962 e para a Guiné a primeira Bateria Antiaérea foi mobilizada apenas em 1971¹³.

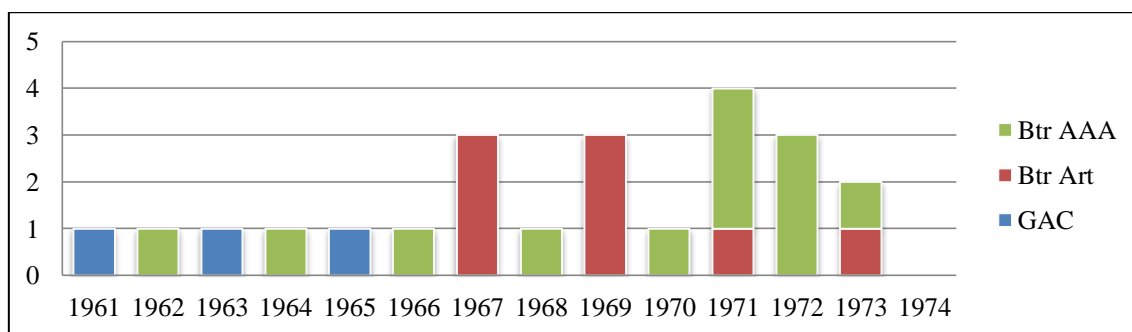


Figura nº 1 – Grupos e Baterias mobilizados na Metrópole durante os 13 anos de Guerra

¹² Retiradas dos Apêndices A, B, C, D e E.

¹³ Todas as Baterias de Artilharia Antiaérea foram mobilizadas pelo RAAF.

Como podemos verificar no gráfico¹⁴ anterior, a mobilização de unidades de Artilharia teve início em 1961, com o envio do Grupo de Artilharia de Campanha Nº157¹⁵ para Angola, composto pelas Baterias 145 (RAL5), 146 (RAL5) e 147 (RAL1), termina no ano de 1973 com o envio de uma Bateria de Artilharia Antiaérea, para a Guiné e uma Bateria de Artilharia de Campanha, para Angola¹⁶.

2.3 Artilharia mobilizada na Metrópole para Angola

Como podemos verificar no gráfico¹⁷ seguinte, foram mobilizados durante os 13 anos de guerra, três Grupos de Artilharia de Campanha (cada um com três Baterias), oito Baterias de Artilharia de Campanha Independentes e cinco Baterias de Artilharia Antiaérea.

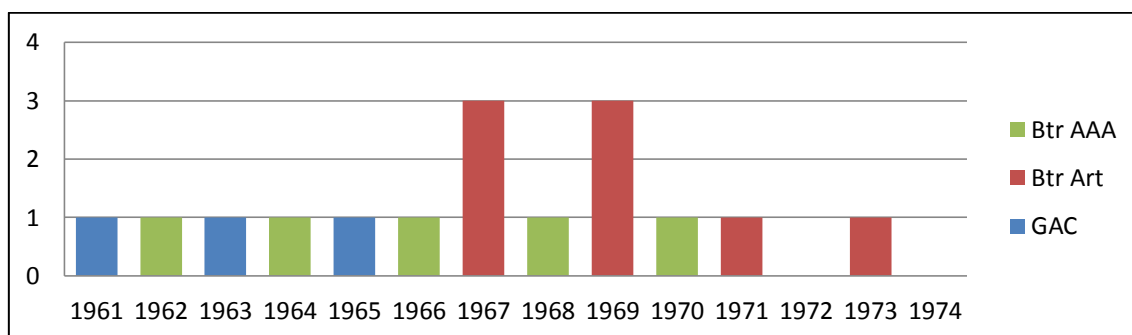


Figura nº 2 – Grupos e Baterias mobilizadas na Metrópole para Angola durante os 13 anos

A mobilização de unidades de AC e de AAA da metrópole, organizadas de acordo com os escalões típicos da arma, Grupos ou Baterias, apenas foram mobilizadas para o teatro de operações de Angola. Logo em 1961, a Artilharia¹⁸ presente no teatro referido, foi reforçada pelo Grupo 0157, constituído pelas Baterias 0145, 0146 e 0147.

A natureza desta guerra não permitia que a Artilharia assegurasse a sua missão típica de apoio de fogos com precisão e os nossos Artilheiros depararam-se com inúmeros problemas na localização dos objetivos, em resultado da ausência de cartografia e de levantamentos topográficos, que limitavam a sua atuação como unidade

¹⁴ Gráfico baseado nos Apêndices A, B, C, D, E.

¹⁵ Mobilizado pelo RAL5 (2 Baterias) e pelo RAL1 (1 Bateria)

¹⁶ A BAAA foi mobilizada pelo RAAF e a BtrArt foi mobilizada pelo RAP3.

¹⁷ Gráfico baseado nos Apêndices A e B.

¹⁸ Grupo de Luanda, Grupo de Nova Lisboa e Grupo de Sá da Bandeira.

de apoio de fogos. De acordo com diversos testemunhos orais recolhidos, muitas destas unidades constituídas como unidades de AC (Baterias e Pelotões de AC) realizavam também missões características das unidades de atiradores, como aquelas unidades que serão abordadas no capítulo seguinte. Um exemplo desta realidade é o testemunho do Coronel Tirocinado Galamba de Castro¹⁹ “quando estava no Grupo²⁰ marchei com uma Bateria²¹ 8,8cm para, com auxílio de um avião, fazer tiros de flagelação, foi das poucas missões que recebi” (comunicação pessoal, 7 de março, 2012).

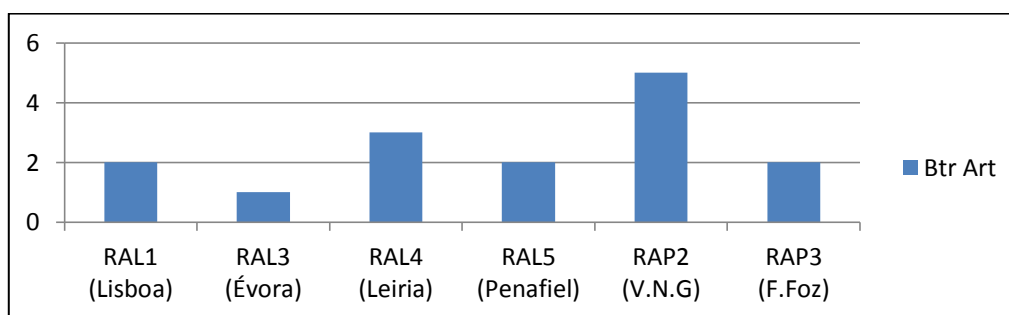


Figura nº 3 – Baterias de Artilharia mobilizadas na Metrópole para Angola

Como podemos ver no gráfico²² acima, a unidade que mais Baterias de Artilharia mobilizou foi o Regimento de Artilharia Pesada Nº2, com cinco Baterias mobilizadas. O Regimento de Artilharia Ligeira Nº4 mobilizou três Baterias de AC, o Regimento de Artilharia Ligeira Nº1, o Regimento de Artilharia Ligeira Nº5 e o Regimento de Artilharia Pesada Nº3 mobilizaram duas Baterias cada um e o Regimento de Artilharia Ligeira Nº3 mobilizou uma Bateria.

Em regra as Baterias de AC não atuavam como um todo, eram divididas em escalões e estes escalões, como o Pelotão de AC, tinham uma orgânica (efetivos e bocas de fogo) variável. Como podemos verificar na história da unidade²³ da Bateria 0145, a sua articulação em Pelotões era frequente, podendo um Pelotão ser constituído por duas ou três bocas de fogo e esta forma de atuar da bateria obrigava a que o pessoal responsável pela direção técnica do tiro fosse em maior número, havendo a necessidade de montar um Posto Central de Tiro para cada Pelotão. Os Pelotões eram frequentemente destacados para apoiar Companhias de Atiradores, fazendo com que por

¹⁹ Comandante de uma Bateria de Artilharia, de recrutamento local, desde o dia 7 de março de 1961 até ao dia 1 de abril de 1964.

²⁰ Grupo de Luanda.

²¹ Comandou a Bateria durante um ano.

²² Gráfico baseado no Apêndice A.

²³ História presente o Arquivo: PT/AHM/DIV/2/2/197/2

vezes, devido à especificidade de cada operação, esse Pelotão de Artilharia com duas bocas de fogo, fosse ele próprio dividido, ficando cada boca-de-fogo a atuar de forma independente²⁴. Esta nova forma de atuação desde logo preocupou os militares, havendo relatos²⁵ de exposições feitas ao escalão superior referindo as tremendas dificuldades sentidas e a impossibilidade da obtenção de uma resposta rápida e eficaz pela arma de apoio de fogos. Todas estas preocupações foram consideradas, mas por imperativo da situação tática, o modo de atuação durante as campanhas manteve-se.

2.4 Artilharia mobilizada na Guiné

Quando as Campanhas de África se iniciaram, o dispositivo militar da Artilharia, presente na província da Guiné resumia-se a uma Bateria de Artilharia de Campanha com sede em Bissau. Com o início da guerra a orgânica desta Bateria depressa se alterou, passando a estar dispersa por toda a Guiné e os seus Pelotões estavam atribuídos a Companhias ou Batalhões de Atiradores. Durante o período em estudo, esta Bateria recebeu diversos Pelotões de AC, o que fez com que a sua orgânica aumentasse exponencialmente, chegando a dispor de nove Pelotões em 1966 e em 1968 a Bateria contava já com catorze Pelotões, todos eles de recrutamento local.

Durante o ano de 1968 o General António de Spínola assume o comando da Guiné, embora se soubesse que na opinião dele aquela guerra não seria resolvida pela Artilharia, como nos relata o Coronel Moura Soares (comunicação pessoal, 5 de março, 2012): “o General Spínola quando eu fui comandar a Artilharia disse-me «eu não acredito na Artilharia neste tipo de guerra»”, a verdade é que a Artilharia teve um papel fundamental²⁶, bem patente no facto de pouco tempo depois do General Spínola ter assumido o seu cargo, ter solicitado mais meios de Artilharia à Metrópole. No início de 1969 tinha 24 Pelotões de Artilharia, o que perfazia um efetivo de mais de mil soldados Artilheiros, em 1974 estavam presentes 34 Pelotões de Artilharia neste teatro de operações da Guiné.

²⁴ Como nos descreve o Capitão Pereira da Silva “[E]stes Pelotões de Artilharia dados de reforço às companhias de Infantaria e de Cavalaria, foram também eles fracionados, como é exemplo o deslocamento entre QUIMBUNDA e QUIMBUMBE, onde «a coluna ... fracionada em dois escalões, cada um com uma boca de fogo»” (PT/AHM/DIV/2/2/197/2).

²⁵ Como nos relata o Comandante da Bateria 0147 “Foram expostas ao Comando as tremendas dificuldades que se previam mas foi impossível encontrar outra solução” (PT/AHM/DIV/2/2/197/2).

²⁶ “Para o comandante de Companhia era essencial ter um Pelotão de Artilharia” (Lourenço, comunicação pessoal, 8 de março, 2012).

Da tipologia das missões atribuídas às unidades de AC na Guiné, destacam-se as seguintes, conforme o testemunho do Coronel Marçal Lourenço (comunicação pessoal, 8 de março, 2012):

A proteção da parte mais vulnerável do sector territorial dos Batalhões ou das Companhias, em alguns casos as companhias tinham uma pista de aviação/heliporto, essencial para o reabastecimento das mesmas, sendo para aí que os tubos das bocas de fogo tinham a direção de vigilância permanente, chegando algumas vezes a fazer tiro direto.

A execução de missões de flagelação através de um plano de fogos de flagelação elaborado pelo oficial da Bateria responsável pelo planeamento dos fogos de AC, pela observação e regulação do tiro, missões estas geralmente iniciadas durante a noite e concretizadas ao raiar do dia.

As missões de apoio de fogos para auxílio das unidades empenhadas em operações, fazendo apoio de fogos segundo a modalidade designada na gíria por “tapete rolante”, para limpeza de itinerários, dando apoio a deslocamentos de colunas militares, e mesmo apoio direto, respondendo aos pedidos imediatos das unidades em deslocamento.

Na Guiné a mobilização destas unidades de Artilharia de Campanha ficou a cargo do dispositivo local, recorrendo ao recrutamento de nativos²⁷, que com os militares vindos da metrópole mantinham “geralmente uma relação muito boa que começava logo na recruta, onde a guarnição do obus era preparada toda em conjunto” (Marçal Lourenço, comunicação pessoal, 8 de março, 2012). Os oficiais, sargentos e cabos eram mobilizados na Metrópole, através de mobilização individual. Quando chegavam à Guiné, iam ministrar formação aos recrutas com os quais iam depois guarnecer as subunidades de AC (Pelotões de AC distribuídos por todo o TO) pertencentes à Bateria de AC da Guiné, que tinha em Bissau o Comando e o apoio de serviços. Cada um dos Pelotões de AC desta Bateria da Guiné tinha três bocas de fogo e tinha a seguinte organização geral:

<u>Pelotão de Artilharia na Guiné</u>	<u>Origem</u>
• Comandante – Alferes Miliciano	➤ Metrópole
• Secção x3 – 2ºSargento/Furriel Miliciano	➤ Metrópole

²⁷ “As tropas locais eram geralmente melhores, os militares nativos já estavam habituados a viver naquele ambiente, tinham várias vantagens ao nível físico” (Soares, 2012).

- Cabo Apontador²⁸ ➤ Metrópole
- Serventes – Soldados Nativos ➤ Recrutamento Local
- Cabo Transmissões ➤ Metrópole
- Cabo Munições ➤ Metrópole

O comandante da Bateria tinha um oficial subalterno (em regra era um Alferes do QP) como seu adjunto e este era também o responsável pelo planeamento dos fogos de AC e pela regulação e observação aérea do tiro, quando as unidades eram empenhadas em conjunto em determinadas operações, como testemunha o Coronel Marçal Lourenço, que desempenhou esta função como Alferes. (Lourenço, comunicação pessoal, 8 de março, 2012). Os Alferes milicianos, comandantes dos Pelotões distribuídos por todo o território da Guiné, a grandes distâncias do comando da Bateria, demonstravam “boa preparação técnica adquirida na sua formação na EPA e em Bissau recebiam mais um mês de formação, antes de irem para os seus pelotões no interior” (Lourenço, comunicação pessoal, 8 de março, 2012).

Os sistemas de armas utilizados pelas subunidades de Artilharia de Campanha na Guiné foram o obus 8,8cm, o obus 105mm, o obus 14cm e a peça 11,4cm.

As características físicas²⁹ da Guiné foram um dos grandes problemas para a AC, uma vez que a sua sustentação no terreno exigia o transporte de cargas de grande tonelagem, como as munições, que em terrenos pouco consistentes rapidamente se torna impossível. Até mesmo “a proteção das cargas da humidade e calor podia ser um problema, resultando depois no aumento da dispersão do tiro” (Lourenço, comunicação pessoal, 8 de março, 2012).

Em 1971, na Guiné, começou a ser considerada uma nova ameaça para as Forças Armadas Portuguesas, pois suspeitava-se que estivessem a ser preparados pilotos pela União Soviética, estando esta ação a ser preparada em articulação com a possibilidade de aquisição de aviões da classe MIG por parte da Guiné Conacri. Esta ameaça à nossa supremacia aérea acabou por ser materializada não com aeronaves mas sim com os mísseis antiaéreos “Strella” adquiridos pelo PAIGC.

Relativamente à Artilharia Antiaérea na Guiné, como podemos ver no gráfico seguinte³⁰, a mobilização de unidades foi bastante modesta, mas significou um enorme esforço feito pelo Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa, que logo em 1971 consegue

²⁸ O número de cabos apontadores presentes nos pelotões podia variar consoante o material.

²⁹ “ A superfície da Guiné é de 31.800 km². Por motivo de marés, apenas cerca de 28.000 km² estão permanentemente emersos” (EME, 1989 – 3º volume, p.18).

³⁰ Gráfico baseado no Apêndices D.

mobilizar “num mês, duas Baterias de AAA seguindo-lhe outra passados alguns meses” (Lourenço, comunicação pessoal, 8 de março, 2012).

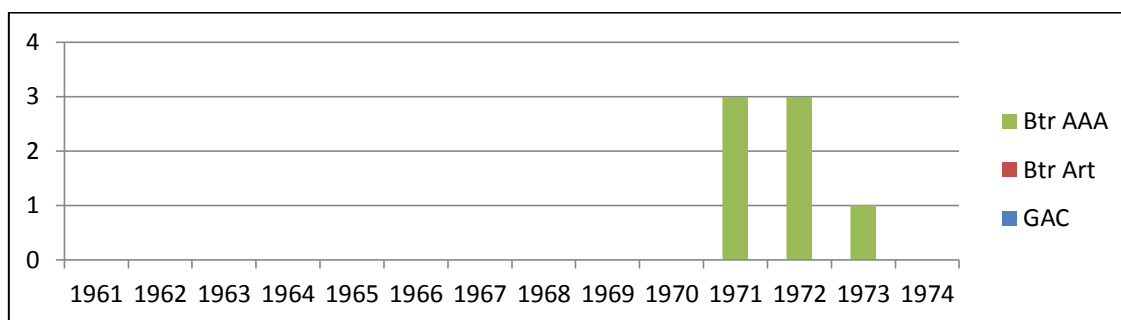


Figura nº 4 – Baterias de Artilharia Antiaérea mobilizados para a Guiné durante os 13 anos

Destas três Baterias duas eram ligeiras e uma era pesada. Esta ultima, que estava equipada com quatro peças 9,4cm e quatro metralhadoras quadruplas 20mm, ficou com a responsabilidade de proteger Bissau. As duas Baterias ligeiras eram equipadas com peças 4cm e metralhadoras DGK 12,7 mm, um material mais móvel que as tornava mais flexíveis, tendo seguinte orgânica³¹:

➤ Bateria de Artilharia Antiaérea

- 3 × Pelotão de AAA
 - ✓ 6 × Secção 4cm
 - ✓ 6 × Secção 12,7mm
 - ✓ Radar MK6
 - ✓ Radar MK7

A primeira Bateria que chegou à Guiné foi dividida e cada um dos seus pelotões seguiu para diferentes destinos: “um pelotão foi para Nova Lamago (Gabu), outro foi para Aldeia Formosa (Quebo) e o terceiro foi dividido cedendo quatro secções de 4cm e quatro secções de 12,7mm para defesa da estação rádio de Bissau, ficando as restantes dadas de reforço à defesa do aeroporto de Bissau onde já se encontrava um Pelotão reforçado” (Lourenço, comunicação pessoal, 8 de março, 2012).

Estas Baterias, como podemos verificar no gráfico anterior, foram substituídas pelas três Baterias formadas durante o ano de 1972. Mais tarde, em 1973, foi mobilizada

³¹ Orgânica cedida pelo Coronel de Artilharia Lourenço (comunicação pessoal, 8 de março, 2012).

outra Bateria para substituir o Pelotão(+) que se encontrava a proteger o aeroporto. No final da guerra, o Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa tinha mobilizado o efetivo de 7 Baterias AAA com um total de cerca de 2500 militares.

Quando estas Baterias de AAA foram mobilizadas para a Guiné em 1971, a unidade de artilharia da Guiné, que como vimos era uma Bateria, funcionou como unidade territorial, ficando a ser designada por Grupo N°7 (GAC 7) e não Bateria como era até então designada, enquanto enquadrava apenas unidades de Artilharia de Campanha.

2.5 Artilharia mobilizada em Moçambique

A Artilharia que atuou em Moçambique foi toda ela mobilizada por unidades da 4ª Região Militar³². “Para isso existiam dois Grupos de Artilharia de Campanha, um em Nampula e outro em Lourenço Marques” (Santo, comunicação pessoal, 6 de março, 2012). Esta organização foi posteriormente alterada pelo General Kaulza de Arriaga, passando a ter apenas um Grupo de Artilharia (GAC 6), resultante da fusão dos dois Grupos existentes anteriormente. Este GAC6 continha na sua orgânica um centro de instrução, responsável por formar todos os soldados artilheiros para o Teatro de Operações.

Tal como acontecia na Guiné, com exceção dos quadros que eram mobilizados na metrópole, a constituição das Baterias de AC em Moçambique era feita com base nos soldados nativos, facto que suscitava alguns receios por parte das chefias militares, mas como refere o Coronel Dias de Carvalho (comunicação pessoal, 5 de março, 2012) “tinha confiança total nos homens que tinha ao meu lado”, facto também reforçado pelo General Espírito Santo. A formação destes militares era feita por oficiais Portugueses no TO, sendo preparados através da instrução de Artilharia e também com instrução de contraguerrilha como Atiradores. Tal como refere o General Espírito Santo (comunicação pessoal, 6 de março, 2012) “preparei a Bateria para atuar em contraguerrilha, estando capaz de desenvolver ações de Artilharia e de Infantaria”. Para que as Baterias não perdessem a sua operacionalidade, o comando da Artilharia em Moçambique realizava exercícios de fogos reais, como aqueles a que *O Clarão*³³ faz

³² RMM – Região Militar de Moçambique.

³³ Jornal elaborado com artigos escritos pelos militares que se encontravam em campanha.

referência e que se realizaram em Nhangau com o efetivo de três Baterias, no âmbito do planeamento de *Instrução de Aperfeiçoamento Operacional*.

De acordo com o testemunho do Coronel Dias de Carvalho, a Artilharia de Campanha em Moçambique teve fundamentalmente as seguintes formas de atuação (Coronel Dias de Carvalho (1983, p.55):

- Protecção de Colunas
- Defesa de Estacionamentos – Tiro de Artilharia Contra Morteiro
- Interdição de Fronteira
- Apoio de operações móveis

Como podemos ver pelas diversas formas de atuação, a Artilharia não desenvolveu apenas atividades típicas de uma unidade de apoio de fogos, mas também atividades típicas de uma unidade de combate, “muitas vezes atuávamos como infantaria” (Espírito Santo, comunicação pessoal, 6 de março, 2012), como foi o caso da primeira missão do General Espírito Santo (comunicação pessoal, 6 de março, 2012) “abrir o itinerário Nampula – Moeda”.

Os materiais mais utilizados em Moçambique foram o obus 8,8cm e o obus 14cm. Estes obuses eram inicialmente rebocados por tratores Morris, mas devido às características do terreno e tipologia das missões o General Espírito Santo (comunicação pessoal, 6 de março, 2012) propôs “que o material fosse rebocado por viaturas Unimog” facto que se veio a verificar vantajoso. Espírito Santo refere que “para cada missão levávamos sempre 720 munições”, podendo fazer 120 tiros com cada obus. A organização das Baterias era, segundo o Espírito Santo, a seguinte:

		Origem
• Comandante de Bateria	• Capitão do QP	Metrópole
• Adjunto do Comandante de Bateria	• Alferes do QP	Metrópole
• Comandante de Pelotão × 3	• Alferes Miliciano	Metrópole
• Comandante de Secção × 6	• Sargentos QP	Metrópole
• Serventes	• Soldados	Nativos

A Artilharia em Moçambique, ao contrário daquilo que aconteceu na Guiné, esteve envolvida em mais operações de apoio a unidades de manobra, tendo participado com especial relevância em algumas operações, como é o caso da operação “Nó

Górdio”. Nesta operação a Artilharia atuou de forma tradicional, foram empenhadas três Baterias, organizadas da seguinte forma (Coronel Matos Gomes, 2002, p.55):

➤ Designação	➤ Equipamento	➤ Localização
• 1ª Bateria	• 8,8cm	• Vila Cabral
• 2ª Bateria	• 8,8cm	• Mueda
• 3ª Bateria	• 8,8cm	• Lumbo

Desenvolveram nesta operação ações de contra morteiro, concentrações de grupo previstas e tiros a pedido, como nos conta o Coronel Dias de Carvalho (comunicação pessoal, 5 de março, 2012), o qual refere ainda que “a reação da Artilharia (às flagelações de morteiro) é imediata e sistematicamente, a cada duas, três, quatro ou cinco granadas de morteiro, a resposta é uma rajada de 18 tiros por Bateria, em menos de um minuto... os tiros estavam lá no sítio” (comunicação pessoal, 5 de março, 2012). Este facto é confirmado até pelo comandante de um dos agrupamentos táticos das forças apoiadas pelos fogos da Artilharia (Oliveira, 1987).

O apoio logístico, assim como o serviço de material, foram essenciais para a Artilharia, conseguindo estar sempre, apesar de todas as dificuldades, prontos para dar apoio. Como nos diz o Coronel Dias de Carvalho (comunicação pessoal, 5 de março, 2012) “foi essencial para as nossas tropas o trabalho do serviço de material e o da intendência, graças a eles foi possível, durante o tempo de comando do General Kaulza, enviar pão quente para as tropas através de helicópteros, fator essencial para manter a moral dos homens. O serviço de material foi um dos responsáveis pela eficiência da Artilharia em Moçambique”.

A Artilharia Antiaérea teve uma participação pouco significativa em Moçambique. Apenas foi enviado um Pelotão de AAA que tinha a missão de proteger pontos críticos, como por exemplo, em 1972, “um Pelotão de AAA (4cm) juntamente com uma Bateria de AC 8,8cm faz a defesa do estacionamento/complexo em Cabora Baça” (Carvalho, comunicação pessoal, 5 de março, 2012).

2.6 Meios de Artilharia Mobilizados

Os meios que a Artilharia Portuguesa dispunha em 1961 eram todos eles do tempo da Segunda Guerra Mundial e anteriores. Tinha materiais em diversos calibres, o que dificultava o apoio logístico, sendo eles:

<u>Designação</u>	<u>Origem</u>
• Obus 7,5cm/18/m940 ³⁴	• Itália
• Obus R 10,5cm/28 TR m/941 ³⁵	• Alemanha
• Obus K 10,5cm/28 TR m/941	• Alemanha
• Obus 15cm/30 m/941	• Alemanha
• Obus 8,8cm/18 m/943 ³⁶	• Inglaterra
• Obus 14cm m/943	• Inglaterra
• Peça 11,4cm m/943	• Inglaterra

➤ O obus 7,5cm/18/m940 foi concebido para “atuar preferencialmente em zonas montanhosas, sendo portanto leve, facilmente desmontável constituindo cargas de peso idêntico (100 a 120 Kg) que se poderiam transportar no dorso de 12 muares,..., ou rebocável por uma viatura também muito ligeira, estreita e muito manobrável, adequada aos caminhos sinuosos e acidentados” (Pata, comunicação pessoal, 8 de março, 2012). Este obus foi apenas utilizado no teatro de Angola.

➤ O obus R 10,5cm/28 TR m/941 e o obus K 10,5cm/28 TR m/941 foram ambos construídos na Alemanha e entraram para o exército Português no ano de 1941, estando disponíveis na versão K – tração animal e na versão R – tração automóvel. Estes dois obuses foram utilizados nos três teatros Angola, Guiné e Moçambique.

➤ O obus 15cm/30 m/941 foi adquirido pelo Exército Português em 1941 e equipava, devido ao seu elevado calibre, as unidades de Artilharia Pesada, estando presente no teatro de Angola.

³⁴ “Até à aquisição do Obus M119 LG este tinha sido o único Obus adquirido por Portugal” (Santo, 2012).

³⁵ Obus modernizado aquando da entrada na NATO.

³⁶ Obus cedido pelos Estados Unidos da América, ao abrigo dos acordos assinados no pós Segunda Guerra Mundial, assim como o Obus 14cm m/943.

➤ O obus 8,8cm/18 m/943 foi adquirido em 1943, estando ao serviço do Exército Português em vários teatros, sendo referido por muito oficiais como o principal obus nas campanhas de África.

➤ O obus 14cm m/943 veio substituir o obus 15cm/30 m/941, atuando nos três teatros, Angola, Guiné e Moçambique, sendo que também este é referido, pelos oficiais entrevistados, como um obus resistente e preciso.

➤ A peça 11,4cm m/943 era o material, disponível no exército Português, com maior alcance, esteve presente nos três teatros.

Quadro Nº 1 - Materiais de Artilharia de Campanha utilizados nas campanhas de África (1961-1974)

Designação \ Teatros	Angola	Guiné	Moçambique
• Obus 7,5cm/18/m940	X		
• Obus R 10,5cm/28 TR m/941	X	X	X
• Obus K 10,5cm/28 TR m/941	X	X	X
• Obus 15cm/30 m/941	X		
• Obus 8,8cm/18 m/943	X	X	X
• Obus 14cm m/943	X	X	X
• Peça 11,4cm m/943	X	X	X

Capítulo 3

Mobilização de unidades de Artilharia do tipo Atiradores

“Se na guerra do Ultramar dos anos 60/70 os artilheiros não puderam, por razões a que são alheios, dar às forças do combate próximo o apoio de fogo que eram capazes e que estava na sua vontade, não é menos certo que no cumprimento quer das poucas missões artilheiras quer das muitas outras de índole diversa de que foram incumbidas, se mantiveram rigorosamente fiéis ao ESPIRITO DA ARMA...”
(Costa, R. como citado em Oliveira, 1987, p.239)

O grande esforço das unidades de Artilharia mobilizadoras na Metrópole foi essencialmente na formação de Batalhões e Companhias de Artilharia, compostas por militares que, apesar de serem mobilizados por unidades de Artilharia, não tinham especialidades específicas da Artilharia, mas sim especialidades próprias das unidades de Atiradores da Arma de Infantaria.

Para Angola, logo após o início da guerra, foram mobilizadas em Abril de 1961 três Companhias de Atiradores de Artilharia, a Companhia de Artilharia (CArt85), a CArt86 e a CArt87, todas elas sem qualquer preparação específica no âmbito das missões típicas de Infantaria, sendo no entanto empregues como tal. Mesmo as Companhias seguintes, mobilizadas ainda durante o ano de 1961, tiveram uma reduzida preparação para operarem como unidade de Atiradores, tendo realizado apenas um estágio de cerca de 20 dias na Escola Prática de Infantaria, como foi o caso das companhias de Artilharia CArt0100, CArt0101 e CArt0102³⁷.

Posteriormente, os oficiais de Artilharia passaram a ter mais formação sobre a doutrina da guerra subversiva e as táticas de contra guerrilha, sendo integrados no programa do Tirocínio para Oficial de Artilharia (TPOA) no ano letivo 1961/62 na Escola Prática de Artilharia, como nos revela o General Espirito Santo: “a espera que

³⁷ PT/AHM/DIV/2/2/143/4 – Companhia de Artilharia 0102 – História da unidade.

habitualmente contemplava um passeio a cavalo pelo polígono foi alterada e os tirocinantes, tiveram logo nessa noite uma sessão de sobrevivência” (E. Santo, comunicação pessoal, 6 de março, 2012). A instrução de Tiro nunca foi descurada e o tempo dedicado à componente técnica do Tiro de Artilharia manteve-se no essencial sem alterações, mas as matérias de topografia e de transmissões eram dadas mais à pressa para que os tempos escolares, que lhes estavam destinados, fossem aproveitados para ministrar instrução de Atiradores, com base na doutrina de contra guerrilha e sobrevivência. Também o treino físico foi alterado “procurando dar mais endurance aos tirocinantes, dando-lhes mais robustez e resistência” (E. Santo, comunicação pessoal, 6 de março, 2012). O aperfeiçoamento operacional era feito nas unidades mobilizadoras.

3.1 Unidades do tipo Companhia de Atiradores mobilizadas para a Guerra de África

Para as Campanhas de África (1961 – 1974) a maioria das unidades mobilizadas pela Arma de Artilharia foram Companhias de Atiradores, designadas por Companhia de Artilharia (CArt) por serem mobilizadas por unidades territoriais da Arma de Artilharia, tal como acontecia também na Arma de Cavalaria. Durante os 13 anos de guerra o grosso das unidades mobilizadas foi realizado com base neste tipo de unidades de Atiradores, que eram mobilizadas pelas unidades territoriais das diferentes Armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia.

Segundo o Coronel Moraes da Silva, como podemos verificar no gráfico seguinte³⁸, foram enviadas 1860 unidades de escalão Companhia de Atiradores para as províncias ultramarinas.

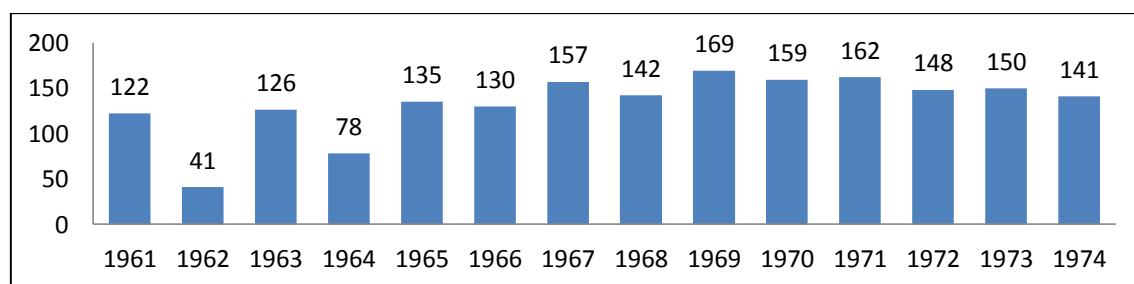


Figura nº 5 - Total de Unidades de escalão Companhia de Atiradores enviadas para África

³⁸ Gráfico baseado no texto da conferência proferida pelo Coronel Moraes da Silva no IAEM em 12 de Abril de 2012.

Ao analisarmos o gráfico acima, podemos concluir que, relativamente ao ritmo de mobilização, o número de unidades mobilizadas foi gradualmente aumentando até 1969 (à exceção do ano de 1962 e de 1964), ano em que se registou o seu número máximo com a mobilização de 169 unidades escalão companhia. Estas unidades mobilizadas na metrópole e que constituíam o grosso do dispositivo territorial das designadas forças de quadrícula do exército, nos três teatros de operações, eram consideradas unidades de reforço do dispositivo existente nas províncias ultramarinas, em regra, as suas comissões tinham a duração de dois anos, podendo no entanto ser mais prolongadas.

3.2 Unidades mobilizadoras de Batalhões e Companhias de Artilharia

As unidades que na metrópole mobilizaram Batalhões (BArt) ou Companhias de Artilharia (CArt) foram as seguintes³⁹:

- Escola Prática de Artilharia
- Grupo de Artilharia Contra Aeronaves N°2
- Grupo de Artilharia Contra Aeronaves N°3
- Grupo de Artilharia de Guarnição N°2
- Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa
- Regimento de Artilharia de Campanha
- Regimento de Artilharia de Costa
- Regimento de Artilharia Ligeira N°1
- Regimento de Artilharia Ligeira N°3
- Regimento de Artilharia Ligeira N°4
- Regimento de Artilharia Ligeira N°5
- Regimento de Artilharia Pesada N°2

Durante os treze anos de guerra estas doze unidades territoriais realizaram um esforço relevante mobilizando na totalidade 92 Batalhões (BArt) e 162 Companhias de Artilharia (CArt) como podemos verificar no gráfico seguinte⁴⁰.

³⁹ Ver informação constante nos anexos A, B, C, D, e E.

⁴⁰ Gráfico baseado na informação constante nos Apêndices A, C e E.

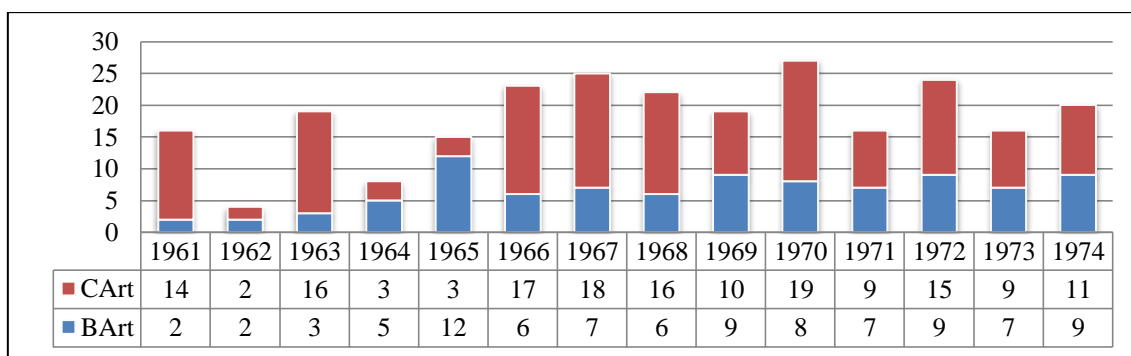


Figura nº 6 – Batalhões e Companhias de Artilharia mobilizadas para os três teatros durante os 13 anos

A mobilização deste tipo de unidades inicia-se logo em 1961, tendo um crescimento progressivo até 1967, ano em que foram mobilizadas dezoito Companhias e sete Batalhões. O ano de 1970 foi aquele em se registou o maior esforço das unidades mobilizadoras, que enviaram para os três teatros de operações, oito Batalhões e dezanove Companhias.

De seguida iremos analisar as unidades mobilizadas para cada teatro, Angola, Guiné e Moçambique, vendo não só o número de unidades enviadas ao longo dos anos, mas também quais as unidades que as mobilizaram.

3.3 Batalhões e Companhias de Artilharia mobilizados para Angola

Quando em fevereiro de 1961 teve início em Angola a fase violenta da guerra subversiva, o Exército Português deu início ao maior esforço de mobilização militar realizado em Portugal, para enviar unidades para reforçar o fraco dispositivo territorial existente nos territórios ultramarinos. O envio de militares prolongou-se durante mais de treze anos, obrigando a um enorme esforço das unidades territoriais metropolitanas, ao qual as unidades de Artilharia não foram alheias.

Durante os treze anos de guerra foram mobilizados para Angola, como podemos ver no gráfico seguinte⁴¹ 43 Batalhões de Artilharia (BArt), cada um constituído por três Companhias de Atiradores de Artilharia e uma Companhia de Comando e Serviços, e 68 Companhias de Artilharia (CArt).

⁴¹ Gráfico baseado na informação constante no Apêndice A.

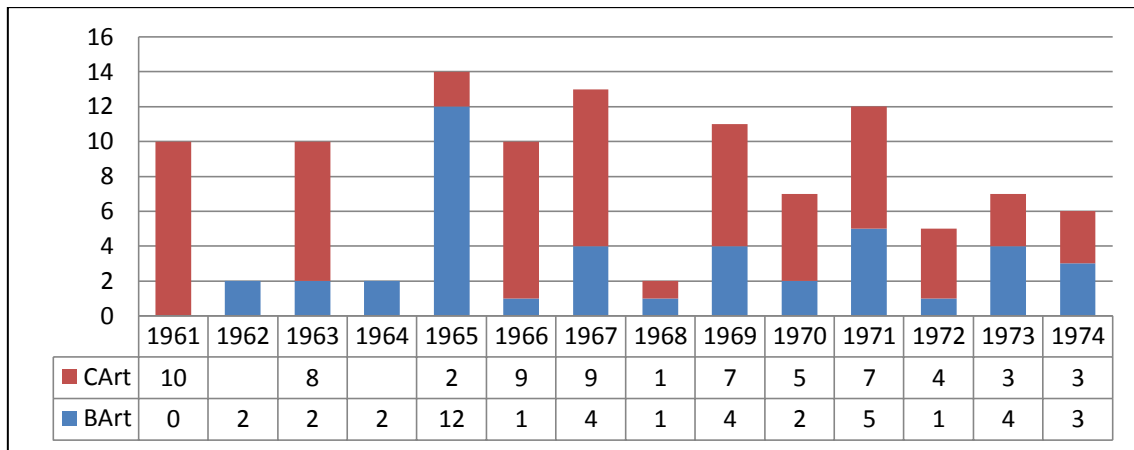


Figura nº 7 – Batalhões e Companhias de Artilharia mobilizadas para Angola durante os 13 anos

Os Batalhões mobilizados para Angola foram na sua grande maioria, mobilizados pelo Regimento de Artilharia Pesada Nº 2, localizado em Vila Nova de Gaia, mobilizando 16 Batalhões, como podemos ver no gráfico seguinte⁴²:

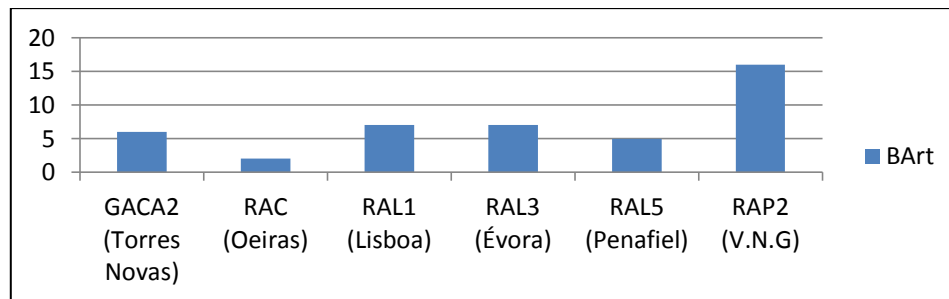


Figura nº 8 – Unidades mobilizadoras de Batalhões de Artilharia para Angola

O Grupo de Artilharia Contra Aeronaves Nº2 mobilizou seis Batalhões de Artilharia (BArt), o Regimento de Artilharia de Costa mobilizou dois Batalhões e o Regimento de Artilharia Ligeira Nº1 mobilizou sete Batalhões, assim como o Regimento de Artilharia Nº3. O Regimento de Artilharia Nº5 mobilizou cinco Batalhões. O Regimento de Artilharia Pesada Nº2, como referido anteriormente, foi a unidade que mais Batalhões mobilizou, facto que, pela sua dimensão, nos remete para a referência a outro tipo de problemas, como por exemplo ao nível das capacidades e infraestruturas dos quartéis que, em muitos casos, apesar de serem unidades mobilizadoras, não tinham capacidade de preparar todas as subunidades no mesmo

⁴² Gráfico baseado na informação constante no Apêndice A.

quartel. Em muitos casos e como testemunha a história do Batalhão 0525⁴³, as suas companhias foram enviadas para diferentes quartéis, havendo casos em que as 3 ou 4 subunidades de um Batalhão, apenas se juntavam no local de embarque, constituindo um problema para a coesão, disciplina e espírito de corpo do Batalhão, como nos relata na história do Batalhão 0525, o Tenente Coronel Sanches Falcão (1963).

A mobilização das unidades de escalão Companhias de Artilharia foi o exemplo do enorme esforço realizado pelas unidades mobilizadoras. Tal como podemos ver no gráfico⁴⁴ seguinte, foram mobilizadas para Angola 68 Companhias. Estas companhias, no primeiro ano do conflito, em 1961, eram compostas por pessoal proveniente de Artilharia e apenas tinha uma breve instrução dos meios e táticas utilizadas no terreno, pela Arma de Infantaria. Com o evoluir da guerra, as Companhias passaram a ser compostas por soldados que recebiam, desde logo, a recruta como soldado atirador, sendo apenas os seus oficiais e sargentos e a unidade mobilizadora oriundos da Artilharia.

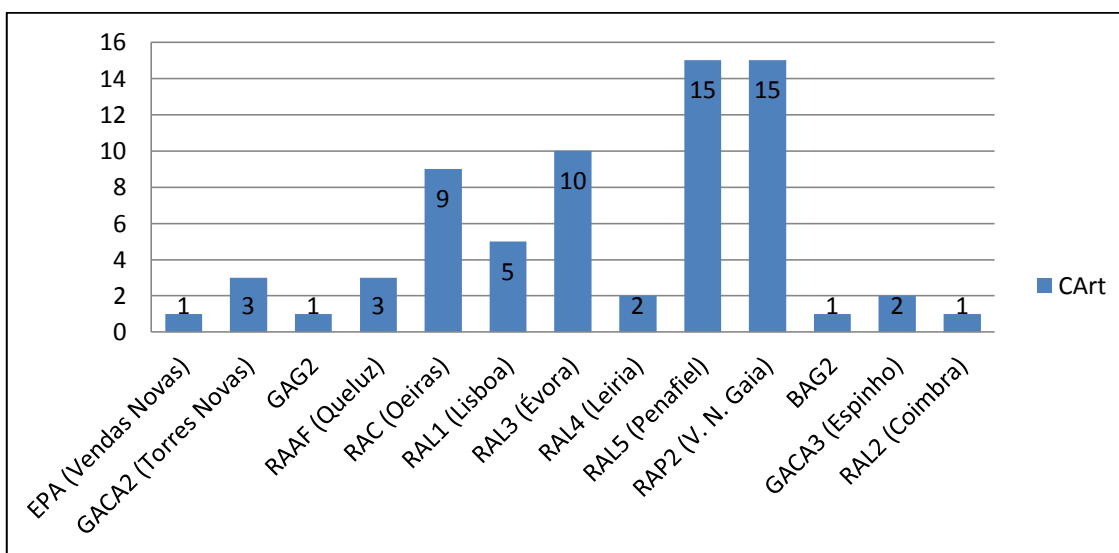


Figura nº 9 – Unidades mobilizadoras de Companhias de Artilharia para Angola

As unidades de Artilharia da metrópole que mobilizaram mais companhias foram o Regimento de Artilharia Ligeira Nº5 e o Regimento de Artilharia Pesada Nº2, contabilizando quinze cada uma. O Regimento de Artilharia Nº3 mobilizou dez Companhias, o Regimento de Artilharia de Costa mobilizou nove, o Regimento de Artilharia Ligeira mobilizou cinco companhias, o Grupo de Artilharia Contra Aeronaves

⁴³ História presente no arquivo PT\AHM\DIV\2\2\118\2.

⁴⁴ Gráfico baseado na informação constante no anexo A.

e o Regimento de Artilharia Antiaérea Fixa mobilizaram três cada um. O Regimento de Artilharia Ligeira Nº4 e o Grupo de Artilharia Contra Aeronaves Nº3 mobilizaram duas cada um e além destas temos quatro unidades que contribuíram com uma companhia cada, sendo elas a Escola Prática de Artilharia, o Grupo de Artilharia Guarnição Nº2, o Regimento de Artilharia Ligeira Nº2 e a BAG 2.

3.4 Batalhões e Companhias de Artilharia mobilizados para a Guiné

O dispositivo militar no Teatro da Guiné começou a ser reforçado em 1962. Apesar dos incidentes terem começado em 1961⁴⁵, foi no ano seguinte que o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde intensificou a sua propaganda e recorreu ao uso de armamento. Este seria o teatro de operações onde os confrontos seriam de maior intensidade e onde muito provavelmente os rebeldes teriam melhores meios que os militares Portugueses. Como nos diz o Coronel Galamba de Castro (comunicação pessoal, 7 de março, 2012) “o inimigo inicialmente atuava de forma subversiva, com o desenrolar da guerra foi atuando de forma mais evoluída, provocava mais baixas, a diferença colossal de meios era de tal ordem que a derrota esteve iminente, não aconteceu devido ao 25 de abril”.

Tendo em consideração a área territorial, o esforço de mobilização em relação à quantidade de unidades de Artilharia para o Teatro da Guiné foi menor que para Angola, mas mesmo assim as unidades mobilizadoras da metrópole mobilizaram vinte Batalhões e 53 Companhias de Artilharia, como podemos verificar no gráfico⁴⁶ seguinte.

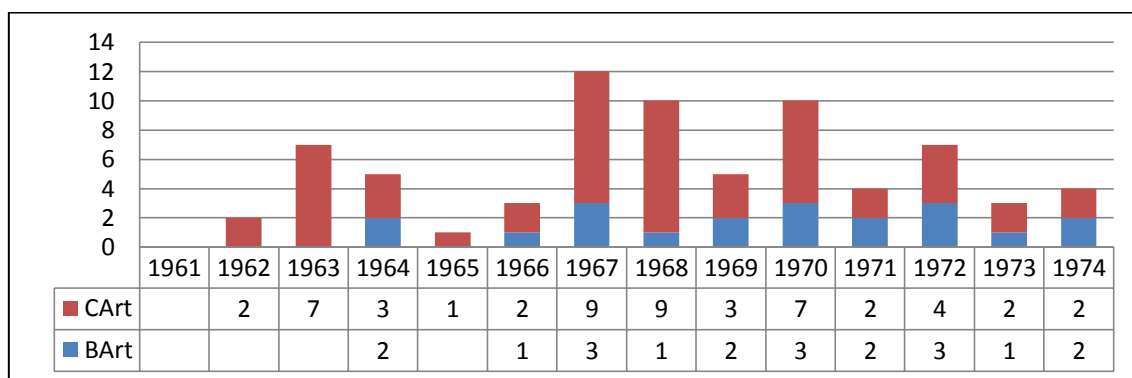


Figura nº 10 – Batalhões e Companhias de Artilharia mobilizados para a Guiné durante os 13 anos

⁴⁵ Ações subversivas levadas a cabo pelo Movimento para a Libertação da Guiné.

⁴⁶ Gráfico baseado na informação constante no Apêndice C.

Este esforço teve o seu ponto mais alto em 1967 com a mobilização de três Batalhões e nove Companhias. Apesar de o envio de militares ter aumentando até esta data, o que se verificava é que as tropas Portuguesas perdiam terreno: “a guerra na Guiné foi sempre piorando, desde 1964 até 1974 o dispositivo militar foi sempre contraído” (Castro, comunicação pessoal, 7 de março, 2012).

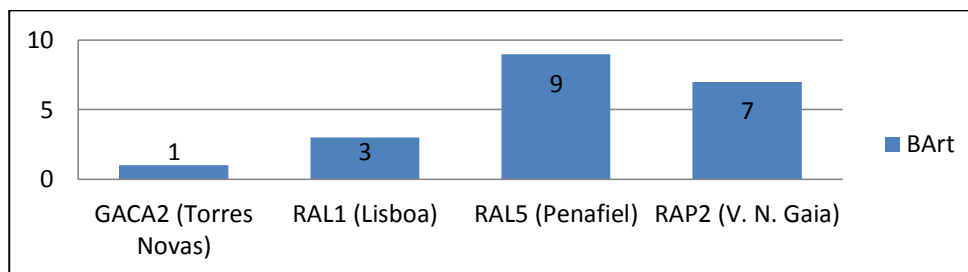


Figura nº 11 – Unidades mobilizadoras de Batalhões de Artilharia para a Guiné

A mobilização de Batalhões começou em 1964 e como podemos ver no gráfico⁴⁷ acima, a unidade que mais Batalhões mobilizou para a Guiné foi o Regimento de Artilharia Nº5, com um total de nove Batalhões de Artilharia mobilizados. O Regimento de Artilharia Pesada Nº2, unidade que mais unidades mobilizou para o teatro de Angola, mobilizou sete Batalhões de Artilharia. O Regimento de Artilharia Ligeira Nº1 mobilizou 3 Batalhões e o Grupo de Artilharia Contra Aeronaves Nº2 mobilizou um Batalhão de Artilharia. Estes Batalhões eram constituídos por três companhias de Artilharia, um Comando e uma Companhia de Comando e Serviços, que geralmente ficava aquartelada junto do Comando do Batalhão. As outras duas ou mesmo as três Companhias de Atiradores de Artilharia eram destacadas para diferentes regiões, ficando como unidades independentes em instalações muito rudimentares, muitas vezes bastante afastadas dos seus comandos de Batalhão. Como nos diz o Coronel Galamba de Castro (comunicação pessoal, 7 de março, 2012) “aquilo não eram aquartelamentos, eram acantonamentos que nós tentávamos melhorar”. As companhias “estavam confinadas ao arame farpado, apenas saiam para fazer operações” (Castro, comunicação pessoal, 7 de março, 2012).

⁴⁷ Gráfico baseado na informação constante no Apêndice C.

No que diz respeito à organização e à instrução, as Companhias de Atiradores de Artilharia mobilizadas na metrópole para a Guiné, para Angola e para Moçambique, tinham a mesma orgânica e tinham uma preparação idêntica.

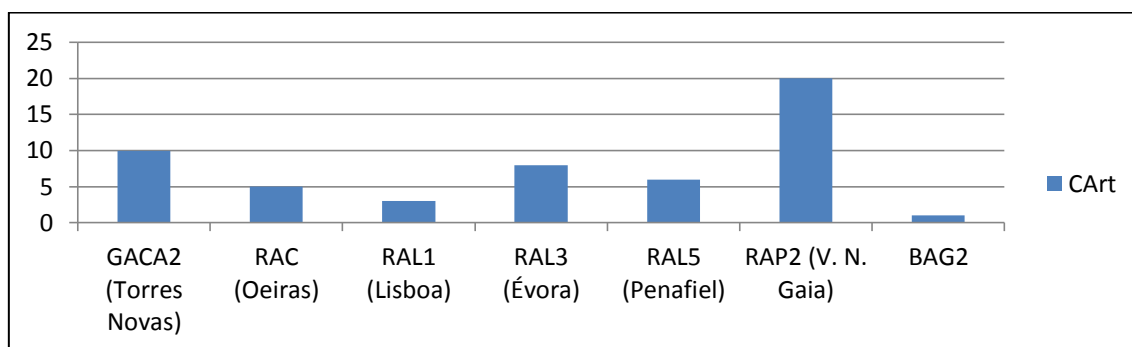


Figura nº 12 – Unidades mobilizadoras de Companhias de Artilharia para a Guiné

Como podemos ver no gráfico acima⁴⁸ o Regimento de Artilharia Pesada Nº2, localizado em Vila Nova de Gaia, foi a unidade que mais companhias mobilizou, com um total de 20 companhias, o Grupo de Artilharia Contra Aeronaves mobilizou 10 companhias, o Regimento de Artilharia Ligeira Nº3 mobilizou 8 companhias, o Regimento de Artilharia Ligeira Nº5 mobilizou 6 companhias, o Regimento de Artilharia de Costa mobilizou 5 companhias e o Regimento de Artilharia Ligeira Nº1 mobilizou 3 companhias. Foi ainda mobilizada para a Guiné uma companhia pelo Regimento de Artilharia Pesada Nº2, que estatisticamente está colocada como tendo sido mobilizada para Moçambique, uma vez que toda a sua preparação e mobilização foram feitas com esse intuito, apenas alterado à hora do embarque, por razões que não conhecemos.

3.5 Batalhões e Companhias de Artilharia mobilizados para Moçambique

Apesar do conflito armado apenas começar em 1964, com o ataque a um posto administrativo, a mobilização de unidades para esta província começou em 1961, com o reforço do dispositivo militar, cabendo à Artilharia o envio de dois Batalhões e quatro companhias. O envio de militares por parte das unidades de Artilharia teve um aumento gradual até 1972, evoluindo igualmente ao número de militares enviados pelas outras

⁴⁸ Gráfico baseado na informação constante no anexo C.

Armas, ano em que teve o seu pico com o envio de cinco Batalhões e sete Companhias, como podemos verificar no gráfico⁴⁹ seguinte.

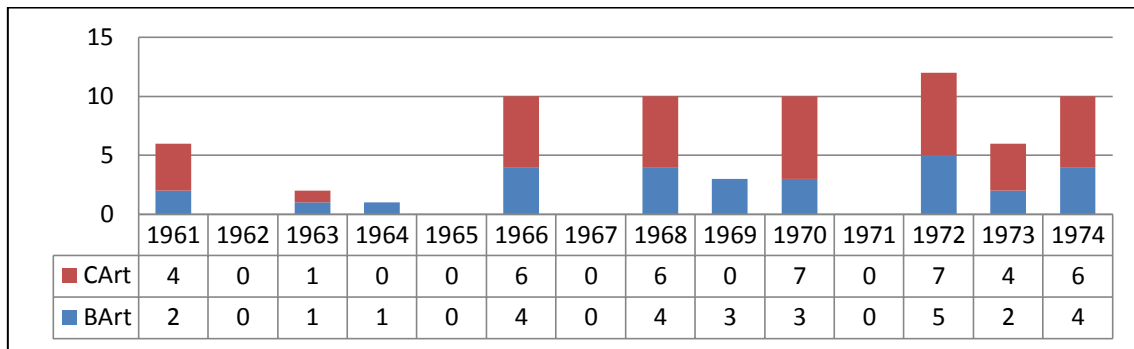


Figura nº 13 – Batalhões e Companhias de Artilharia mobilizadas para Moçambique durante os 13 anos

Durante os treze anos de conflito, as unidades de Artilharia mobilizaram para Moçambique 29 Batalhões de Artilharia e 41 Companhias de Artilharia. Tal como vimos no caso da Guiné, as unidades de Artilharia, que atuaram como unidades de apoio de fogos, foram todas mobilizadas pelo dispositivo territorial do teatro de operações, não sendo unidades constituídas mobilizadas na metrópole. No gráfico seguinte podemos observar que a unidade que mobilizou mais Batalhões (BArt) para Moçambique foi o Regimento de Artilharia Pesada Nº2, com um total de treze Batalhões mobilizados. De seguida temos o Grupo de Artilharia Contra aeronaves Nº2, com sete Batalhões, o Grupo de Artilharia Ligeira Nº1 e o Regimento de Artilharia Ligeira Nº5 que mobilizaram quatro Batalhões cada um. O Regimento de Artilharia Ligeira Nº3 mobilizou um Batalhão.

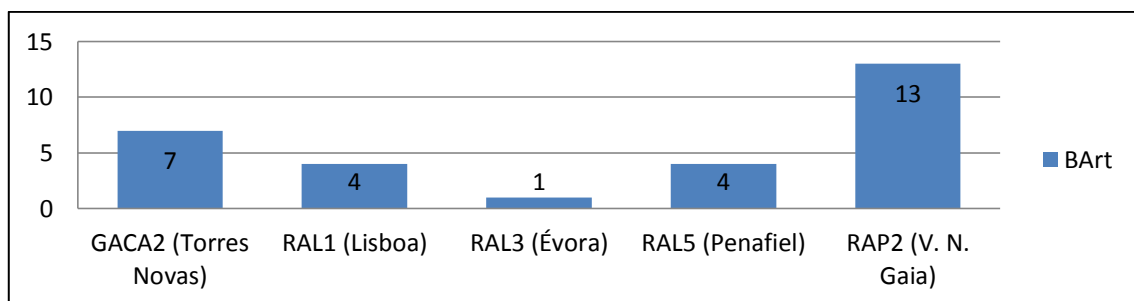


Figura nº 14 – Unidades mobilizadoras de Batalhões de Artilharia (BArt) para Moçambique

⁴⁹ Gráfico baseado na informação constante no Apêndice E.

Quando os primeiros Batalhões de Artilharia foram mobilizados para Moçambique, as suas unidades mobilizadoras na metrópole já contavam com mais experiência do que em 1961, quando teve início a mobilização para Angola.

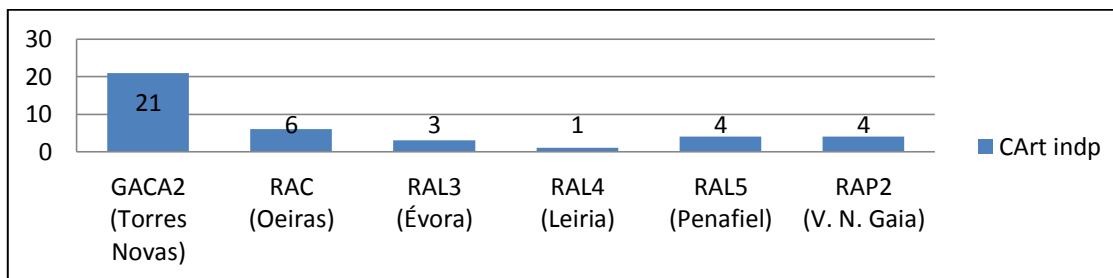


Figura nº 15 – Unidades mobilizadoras de Companhias de Artilharia para Moçambique

Como podemos verificar no gráfico⁵⁰ acima, o Grupo de Artilharia Contra Aeronaves Nº2 foi aquele que mais companhias mobilizou, totalizando ao longo do período do conflito 21 Companhias mobilizadas. O Regimento de Artilharia de Costa mobilizou seis companhias, o Regimento de Artilharia Ligeira Nº5 e o Regimento de Artilharia Pesada Nº2 mobilizaram quatro Companhias cada um, o Regimento de Artilharia Nº3 mobilizou três Companhias e o Regimento de Artilharia Nº4 mobilizou uma Companhia.

A unidade mobilizadora que mais unidades enviou para Moçambique foi o Regimento de Artilharia Pesada Nº2, localizado em Vila Nova de Gaia, com treze Batalhões (39 companhias) e quatro Companhias independentes, num total de 43 unidades escalão Companhia mobilizadas.

3.6 A Formação dos Oficiais de Artilharia

“[a] EPA, apoiada pela DAA, conseguiu manter um nível de instrução de Artilharia, muito para além do que a situação vigente exigiria e sem deixar de dar, simultaneamente, boa conta do que lhe era exigido na instrução estranha à Arma...”
(Oliveira, 1987, p.225)

⁵⁰ Gráfico baseado na informação constante no Apêndice E.

Para que possamos analisar as alterações no domínio da formação, é necessário perceber o contexto no qual esta guerra aparece e qual era a situação dos militares do Quadro Permanente do Exército. Como nos diz o Coronel Dias de Carvalho (comunicação pessoal, 5 de março, 2012) “os oficiais estavam preparados para uma guerra clássica, eramos a geração NATO”, referindo ainda que o Exército estava num período de transição, começando naquela época a adotar a doutrina militar Norte-americana. “Nesta altura os militares pouco ou nada sabiam sobre a situação política e militar do Ultramar” (Carvalho, comunicação pessoal, 5 de março, 2012). Como nos diz o Coronel Galamba de Castro (comunicação pessoal, 7 de março, 2012) “sabíamos o que liamos nos jornais, o que era muito pouco”, referindo ainda que “fui voluntário para Angola, cheguei sete dias antes do início do conflito armado e não sabia de nada”. Poucas foram as personalidades militares que, como foi o caso do General Botelho Moniz, perceberam que a solução não seria militar, mas sim política. “O General Botelho Moniz, Ministro da Defesa Nacional, foi demitido por Salazar no início da guerra por não concordar com ela” (Carvalho, comunicação pessoal, 5 de março, 2012). Esta visão do General era partilhada pelos militares ao mais alto nível, que o apoiavam, criando-se assim um braço de ferro que acabou com a demissão do General Botelho Moniz e a sua substituição pelo próprio Salazar. Este, quando assume o cargo, determinou a marcha imediata para Angola dos primeiros contingentes. Depois “mais tarde constou que o Ministro da Defesa, na altura, considerou também a hipótese de após recuperarmos os territórios, inicialmente ocupados, seria possível aceitar conversações com os movimentos de libertação. Mas o facto é que concretamente depois de tal situação ter sido alcançada em termos militares, Salazar nada fez para solucionar a situação” (Carvalho, comunicação pessoal, 5 de março, 2012). Desta forma a guerra evoluiu naturalmente para um “conflito de baixa intensidade, atendendo aos reduzidos meios que possuíamos e com o apoio das populações, sempre que possível, mas com muito sacrifício para o nosso país por ter durado 13 anos” (Carvalho, comunicação pessoal, 5 de março, 2012). É neste ambiente que a preparação dos oficiais é feita, passando por um período inicial de adaptação e alteração, chegando no final da década de sessenta ao seu auge, tornando-se Portugal numa das principais escolas de doutrina de contrassubversão. A importância da Artilharia na guerra subversiva, como força de apoio de fogos, desde o início que parecia muito diminuta, facto que alguns altos comandos retificaram posteriormente quando a guerra evoluiu para situações mais

graves que não esperavam ter de enfrentar. Este facto obrigou a que muitos Artilheiros atuassem como Infantes, executando missões idênticas às destes.

A formação dos oficiais de Artilharia, tendo em vista o comando de Companhias de Artilharia, não foi igual àquela que os oficiais de Infantaria tiveram, apesar de no teatro desempenharem funções semelhantes. Inicialmente, logo em 1961, foram enviadas três companhias de Artilharia comandadas por Capitães de Artilharia, que não tiveram qualquer formação quanto à atuação de unidades tipo Infantaria. O mesmo aconteceu com os seus soldados, todos eles oriundos da Arma de Artilharia, com formação adequada para o apoio de fogos. As companhias seguintes, também formadas por oficiais de Artilharia, “tiveram um período de 20 dias na Escola Prática de Infantaria para se familiarizarem com a atuação de contra guerrilha” (Curado, comunicação pessoal, 9 de março, 2012). Os jovens Aspirantes de Artilharia começaram a ter contacto com estas matérias no TPOA. Como refere o TGen Julio de Oliveira (1987, p.226), a missão clássica da EPA de formação técnica dos quadros no âmbito do Tiro, da Topografia etc; foi profundamente alterada nos anos seguintes. Em 1959 a EPA tinha ainda a missão de “estudar, experimentar e unificar a instrução técnica e tática da Arma; colaborar na preparação dos regulamentos, instrução e manuais privativos da Artilharia; ministrar instrução técnica e tática aos oficiais e sargentos do QP; formar oficiais e sargentos de completamento”. No entanto, passados dois anos (em 1961), esta missão apenas era válida para “20 por cento da atividade da Escola” (Oliveira, 1987, p.226). De seguida, apresentamos um gráfico baseado no quadro elaborado pelo então Brigadeiro Júlio de Oliveira (1987, p.228), para reforçar a ideia de que a formação dada na EPA, durante a guerra, foi sendo cada vez mais voltada para a especialidade atiradores e não especialidades específicas da Arma Artilharia.

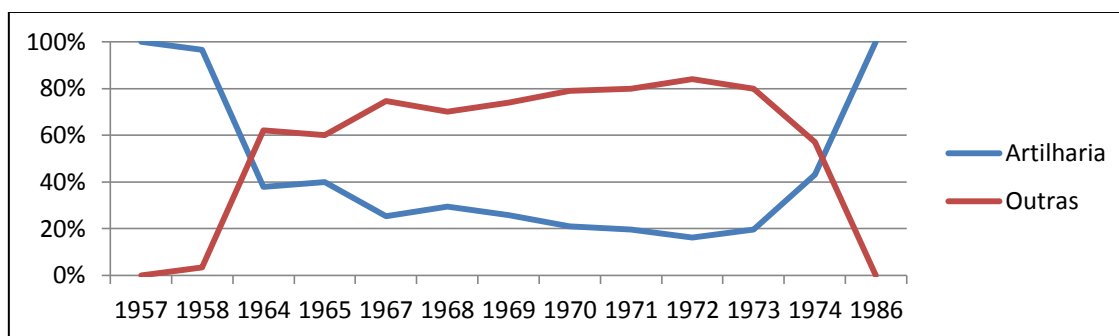


Figura nº 16 – Percentagem relativa entre instruendos que receberam instrução própria de Artilharia e Outras no período de 1957 a 1986

Como podemos concluir através da visualização do gráfico acima, a atividade desenvolvida pela Escola responsável pela formação dos oficiais de Artilharia vê a partir de 1964, a sua principal finalidade alterada, formando durante o período 1964 – 1974 mais militares de outras especialidades do que de Artilharia. É evidente o aumento exponencial deste novo tipo de formação, que atinge o pico máximo em 1972, onde 84% dos militares formados da Escola não têm formação artilheira. Já perto do final da guerra, no ano de 1973, este número começa a diminuir chegando aos 0% uns anos após o final da guerra.

Os oficiais Milicianos constituíram também na Artilharia um elemento fundamental, quer na atuação da mesma como arma de apoio de fogos quer na sua atuação como Infantaria. No período compreendido entre 1961 – 1974 foram formados na EPA cerca de 3000 oficiais milicianos (Oliveira, 1987, p.227), sendo que, como podemos verificar no gráfico seguinte, foram na sua maioria mobilizados noutras especialidades que não a de Artilharia, nomeadamente na especialidade de Atiradores.

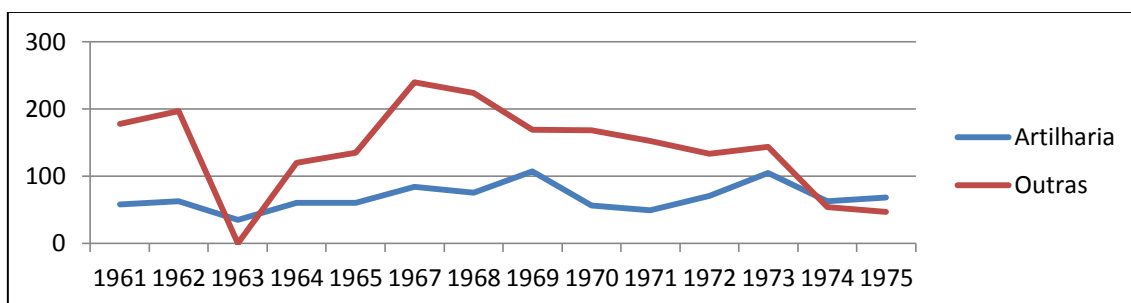


Figura nº 17 – Oficiais milicianos formados na EPA na especialidade de Artilharia e Outras (1961 – 1975)

Durante os 13 anos de guerra podemos afirmar que o grande esforço da EPA, no que concerne à formação de oficiais, foi realizado na formação dos mesmos em especialidades diferentes daquela que durante os seus 150 anos de existência foi a sua excelência.

Durante o período da guerra, a formação de oficiais com a especialidade de Artilharia foi bastante diminuta, sendo um reflexo evidente de que mesmos os Artilheiros teriam de combater como Atiradores. O grande esforço da Artilharia foi efetivamente, como comprovado nos capítulos anteriores, na formação de Batalhões e Companhias de Artilharia.

Estas Companhias teriam no seu comando um Capitão de Artilharia que, durante toda a sua carreira, apenas tinha tido contacto com matérias Artilheiras, uma vez que

apenas os oficiais que terminaram o TPOA no período da guerra viram incluídas no mesmo, matérias de Guerra subversiva e Contra guerrilha, como veremos mais à frente. Tendo por base mais uma vez o quadro realizado pelo Brigadeiro Oliveira (1987, p.227), podemos afirmar que o Curso de Promoção a Capitão, durante o período 1961 – 1974, apenas se realizou nos anos 1962, 1972 e 1973 e com um efetivo bastante reduzido, como podemos verificar no gráfico seguinte.

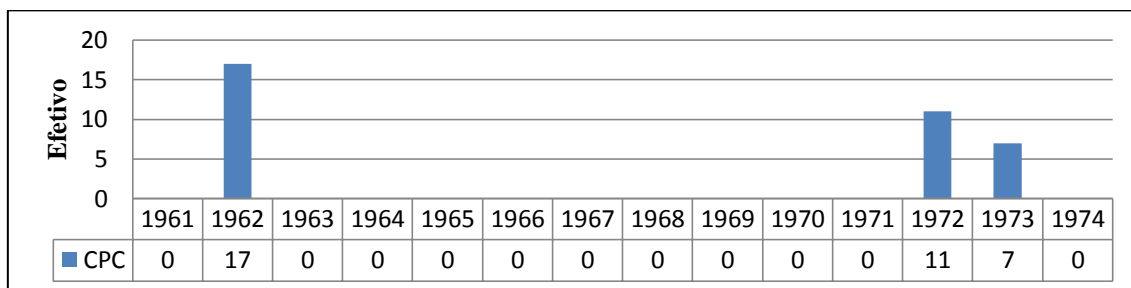


Figura nº 18 – Efetivo dos cursos de promoção a Capitão durante as campanhas de África

A formação dos Aspirantes do Quadro Permanente sofre alterações logo no ano seguinte ao início do conflito em Angola em 1961, como testemunha a alteração do programa do tirocínio⁵¹ o qual passa a incluir desde logo tática de Infantaria, Guerra subversiva e contra guerrilha. Mas Paralelamente a quantidade de Aspirantes a Oficial de Artilharia, formados na Academia Militar, foi diminuindo com o evoluir da guerra, como podemos ver no gráfico seguinte⁵² :

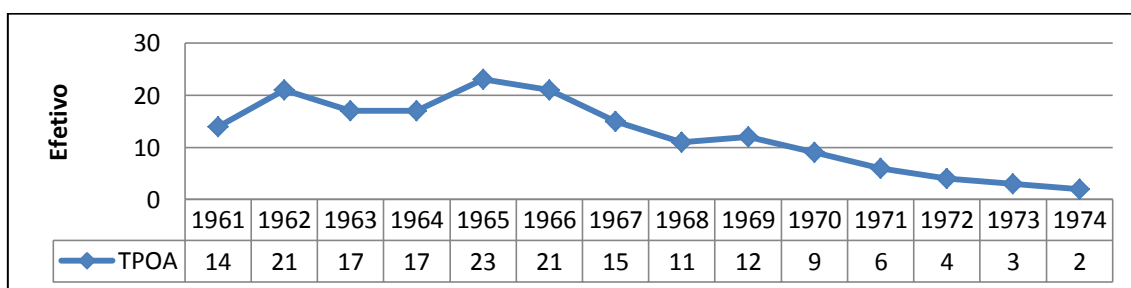


Figura nº 19 – Efetivo do TPOA durante o período 1961 – 1974

Durante este período, além da diminuição do número de Aspirantes, verificamos também a diminuição de horas disponíveis para as matérias de Artilharia (Material, Tática e Topografia). Essas horas foram utilizadas para incluir as matérias referentes à

⁵¹ Ver informação constante no Anexo A (Oliveira, 1987, p.232)

⁵² Gráfico baseado no quadro realizado pelo Brigadeiro Oliveira (1987, p.227).

Guerra Subversiva. Como podemos ver no gráfico seguinte, realizado a partir dos programas do TPOA presentes no Anexo A, a percentagem de tempo destinado às matérias de Artilharia foi bastante reduzido, passando de 63% para 37% durante o período 1961 – 1974.

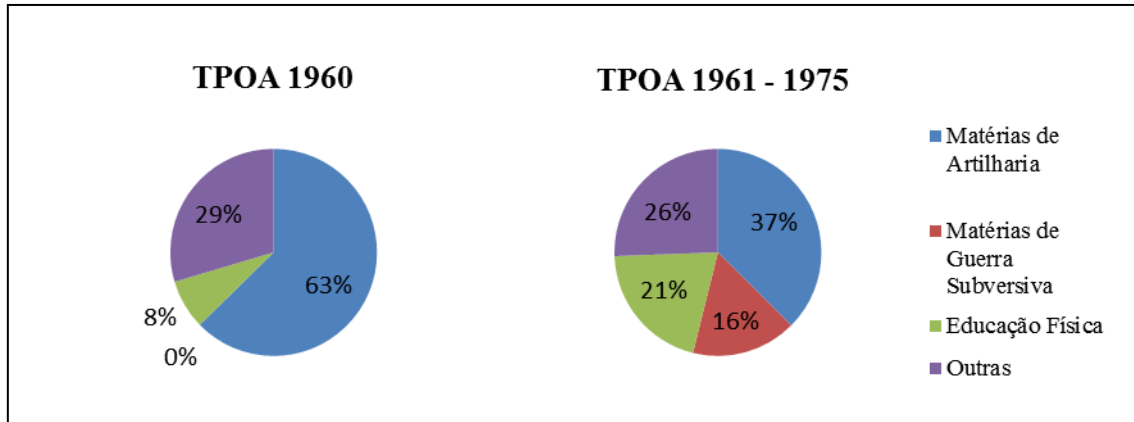


Figura nº 20 – Percentagens de matérias ministradas no TPOA antes e durante a guerra

Ocorreu ainda uma redução do tempo do Tirocínio, nomeadamente o tempo que seria destinado à prática de comando, uma vez que esta deixou de ser feita na EPA e passou a realizar-se nas unidades mobilizadoras.

Conclusões

Passados 50 anos do início das Campanhas de África (1961-1974), verificámos que além do trabalho do Coronel de Artilharia Morais da Silva, sobre as unidades de Atiradores de Artilharia mobilizadas, não existia nenhum outro estudo sobre a mobilização de unidades de Artilharia para este conflito e por isso surgiu o interesse sobre o tema, que serviu de base para a realização deste Trabalho de Investigação Aplicada.

Subordinado à seguinte questão central: **“Como foi o empenhamento da Arma de Artilharia durante a Guerra de África (1961-1974), relativamente à tipologia e à quantidade das unidades mobilizadas para emprego operacional em cada um dos três teatros de operações (Angola, Guiné e Moçambique)?”**, o trabalho de investigação desenvolveu-se tendo o objetivo de identificar as unidades mobilizadoras, caracterizar a tipologia das unidades operacionais mobilizadas pela Arma de Artilharia e analisar os ritmos de mobilização de unidades de Artilharia durante o período em que decorreu esta guerra de África, de carácter subversivo, onde se compreende que o emprego da Artilharia como apoio de fogos ou de defesa antiaérea seria mais reduzido do que na vertente de emprego como unidade de Infantaria como se confirma, através da dimensão relativa da mobilização de unidades de Artilharia ter sido mais reduzida do que as unidades de Atiradores de Artilharia.

Procurando dar resposta à questão central, foram consideradas as seguintes questões derivadas que permitem decompor a questão central através das seguintes abordagens:

1ªQD – Qual a tipologia das unidades mobilizadas pela Arma de Artilharia, na metrópole e nas províncias ultramarinas, para emprego operacional na guerra de África (1961-1974)?

2ªQD – Como evoluiu o ritmo de mobilização de unidades de Atiradores de Artilharia e das unidades de Artilharia de Campanha e Antiaérea?

3ªQD - Qual foi a dimensão relativa da mobilização de unidades de Atiradores de Artilharia e das unidades de Artilharia de Campanha e Antiaérea para emprego no TO de Angola?

4ªQD - Qual foi a dimensão relativa da mobilização de unidades de Atiradores de Artilharia e das unidades de Artilharia de Campanha e Antiaérea para emprego no TO da Guiné?

5ªQD – Qual foi a dimensão relativa da mobilização de unidades de Atiradores de Artilharia e das unidades de Artilharia de Campanha e Antiaérea para emprego no TO de Moçambique?

Perante a primeira questão derivada, **“Qual a tipologia das unidades mobilizadas pela Arma de Artilharia, na metrópole e nas províncias ultramarinas, para emprego operacional na guerra de África (1961-1974)?”**, concluímos que durante os treze anos de Guerra, as unidades de Artilharia da Metrópole, mobilizaram 92 Batalhões de Artilharia, cada um com três Companhias operacionais e uma de Comando e Serviços, 162 Companhias de Artilharia independentes, três Grupos de Artilharia de Campanha, oito Baterias de Artilharia de Campanha e doze Baterias de Artilharia Antiaérea. Nas unidades territoriais das províncias ultramarinas foram mobilizadas 3 Companhias de Artilharia e 32 Baterias de Artilharia de Campanha. Pelo que a primeira hipótese **“A maior parte das unidades mobilizadas pela arma de Artilharia durante a Guerra de África, foram unidades de Atiradores escalão Companhia”** é confirmada.

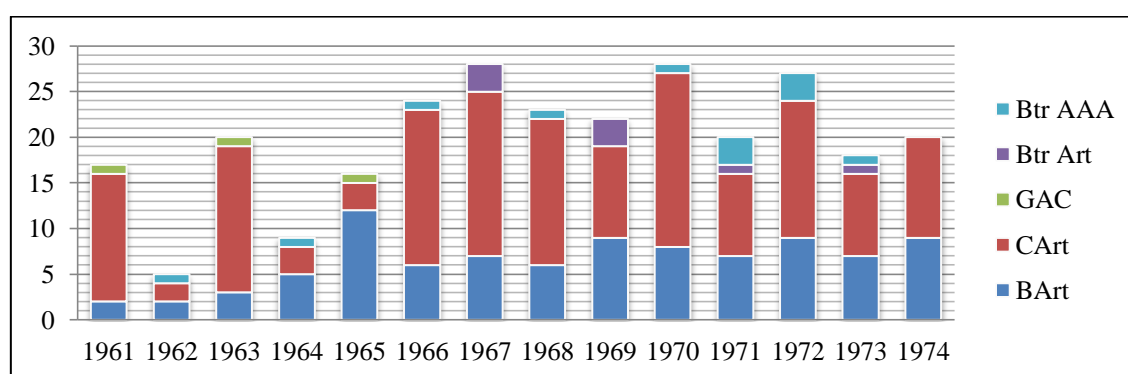


Figura nº 21 – Total de unidades de Artilharia mobilizadas na Metrópole para os três Teatros

Tendo em consideração a segunda questão derivada, **“Como evoluiu o ritmo de mobilização de unidades de Atiradores de Artilharia e das unidades de Artilharia de Campanha e Antiaérea?”** foi levantada a seguinte hipótese: **“O ritmo de mobilização foi crescente até ao ano de 1970, decrescendo até ao final do conflito”**. Esta hipótese foi parcialmente confirmada. Como podemos observar no gráfico anterior o volume de unidades de Atiradores e Artilharia de Campanha enviadas foi crescente até ao ano de 1970, sendo que posteriormente ocorre um decréscimo na mobilização das

mesmas, o mesmo não acontece com a de unidades de Artilharia Antiaérea que, durante este período (1970-1973), atinge o seu pico de mobilização com 7 Baterias mobilizadas.

Relativamente à terceira questão derivada, **“Qual foi a dimensão relativa da mobilização de unidades de Atiradores de Artilharia e das unidades de Artilharia de Campanha e Antiaérea para emprego no TO de Angola?”**, surgiu a seguinte hipótese **“Para Angola foram enviadas unidades de Artilharia de Campanha e Antiaérea e do tipo Atiradores, embora esta última o tenha sido em maior número”**, a qual foi totalmente confirmada.

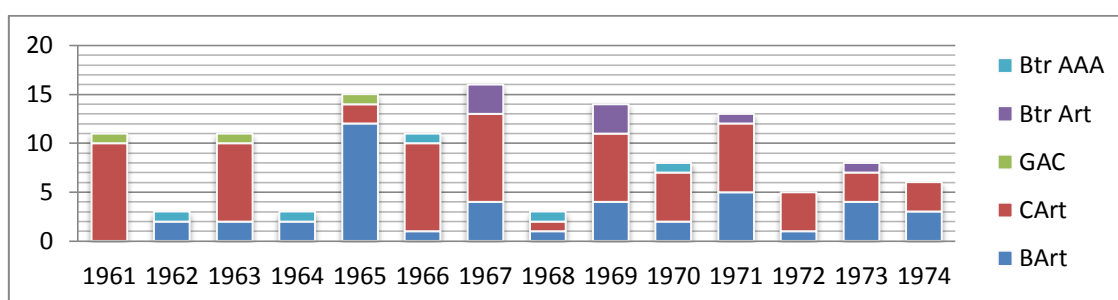


Figura nº 22 – Total de unidades de Artilharia mobilizadas na Metrópole para Angola

O envio de unidades de AC foi mais intenso nos primeiros anos do conflito, com o envio de três Grupos e seis Baterias independentes, diminuindo em especial a partir de 1970, sendo que nos últimos quatro anos apenas duas Baterias de AC foram enviadas. A AAA manteve uma presença constante no conflito até ao ano de 1970, ano em que a última Bateria é enviada para Angola. A mobilização da Artilharia ao nível das unidades de Atiradores foi em maior número com um total de 43 Batalhões e 68 Companhias independentes. Estas Companhias eram geralmente dadas de reforço aos Batalhões, não ficando necessariamente junto de Batalhões de Artilharia.

Em relação à quarta questão derivada, **“Qual foi a dimensão relativa da mobilização de unidades de Atiradores de Artilharia e das unidades de Artilharia de Campanha e Antiaérea para emprego no TO da Guiné?”** foi levantada a seguinte hipótese, **“Para a Guiné a tipologia das unidades mobilizadas e enviadas da metrópole foi apenas do tipo escalão Companhia de Atiradores e Artilharia Antiaérea”**, esta hipótese confirma-se na sua totalidade uma vez que, como podemos constatar através do gráfico seguinte⁵³, foram mobilizadas 7 Baterias de AAA nos anos de 1971, 1972 e 1973. O envio de unidades de AAA coincidiu com a perda da

⁵³ Gráfico baseado nos Apêndices C e D.

supremacia aérea, essencial para o apoio das forças, por parte da Força Aérea e ainda com o elevado grau de ameaça presente no facto da Guiné Conacri planear a compra de aviões da classe MIG. Durante os 13 anos foram, além das unidades de AAA, mobilizados 20 Batalhões e 53 Companhias de Artilharia. A mobilização da AC presente neste teatro foi feita através de recrutamento local, sendo os serventes, soldados nativos e os graduados das Baterias militares oriundos da Metrópole.

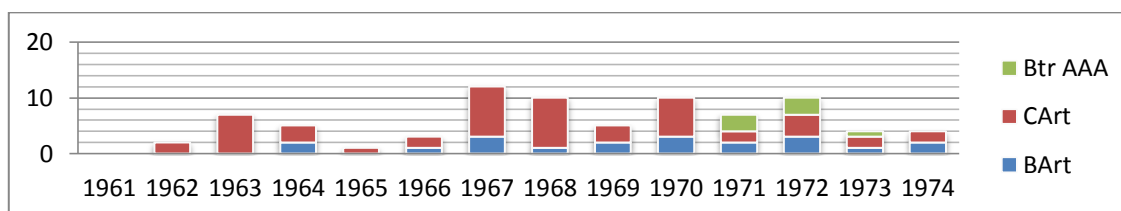


Figura nº 23 – Total de unidades de Artilharia mobilizadas na Metrópole para a Guiné

Perante a quinta questão derivada, **“Qual foi a dimensão relativa da mobilização de unidades de Atiradores de Artilharia e das unidades de Artilharia de Campanha e Antiaérea para emprego no TO de Moçambique?”**, foi considerada a hipótese, **“Para Moçambique foram enviadas da metrópole apenas unidades do tipo escalão Companhia de Atiradores, sendo a AC e AAA mobilizadas pelo dispositivo local”**. Esta hipótese é confirmada, como podemos ver no gráfico abaixo. Durante os 13 anos de conflito foram enviados 29 Batalhões e 41 Companhias de Artilharia. Efetivamente, para Moçambique, apenas foram enviadas unidades de Artilharia com tipologia de Atiradores, mais uma vez e em semelhança daquilo que aconteceu na Guiné para a AC, as unidades de AC e AAA presentes em Moçambique tiveram a sua origem no recrutamento local, sendo apenas os graduados oriundos da Metrópole.

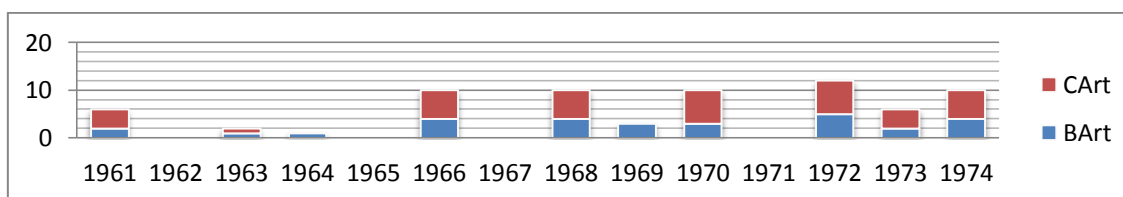


Figura nº 24 – Total de unidades de Artilharia mobilizados na Metrópole para Moçambique

Depois de termos respondido a todas as questões derivadas, a resposta à questão central torna-se mais simples, uma vez que todas elas concorrem para a resposta à

questão central, **“Como foi o empenhamento da Arma de Artilharia durante a Guerra de África (1961-1974), relativamente à tipologia e à quantidade das unidades mobilizadas para emprego operacional em cada um dos três teatros de operações (Angola, Guiné e Moçambique)?”**. O empenhamento da Arma de Artilharia para as Campanhas de África foi, como podemos comprovar ao longo do trabalho, bastante complexo e abrangente, uma vez que não se limitou a mobilizar unidades para executarem as missões clássicas de apoio de fogos ou de defesa antiaérea, tendo o seu dispositivo territorial sido empenhado em elevada expressão, na mobilização de unidades de Atiradores, como foram as Companhias de Artilharia (CArt) e os Batalhões de Artilharia (BArt). Depois da realização deste trabalho é para nós evidente que o grande esforço de mobilização efetuado pelas unidades de Artilharia se deu na tipologia de unidades de Atiradores. É relevante referir ainda que mesmo as unidades de Artilharia de Campanha e de Artilharia Antiaérea mobilizadas sofreram alterações ao seu modo de atuação convencional, perante as condições impostas pelos teatros de operações e o ambiente operacional deste tipo de guerra, obrigando a que as subunidades fossem divididas em pequenos escalões, que na doutrina convencional não têm autonomia tática, como foi o caso dos Pelotões de Artilharia de Campanha (2 ou 3 bocas de fogo). Este foi o escalão de Artilharia de Campanha mais usado, facto que levou a uma reestruturação na sua forma de atuar. As unidades de Artilharia de Campanha mobilizadas na metrópole foram todas enviadas para o teatro de operações de Angola sendo que no caso da Guiné e de Moçambique, a mobilização de unidades constituídas de Artilharia de Campanha foi sempre feita nas unidades do dispositivo local, sendo apenas os oficiais, sargentos e cabos da metrópole, mobilizados através da designada rendição individual.

Em resumo, ao nível das unidades de Atiradores de Artilharia escalão Companhia (CArt), o Teatro de Operações de Angola contou com 42 % do empenhamento total da mobilização da Arma de Artilharia, a Guiné com 33 % e Moçambique com 25 %. Ao nível dos Batalhões de Artilharia mobilizados, foi também o TO de Angola que contou com maior empenhamento com 47 % do total dos BArt mobilizados, enquanto que para a Guiné foram 22 % e para Moçambique 31 %. Assim, quanto às unidades de Atiradores de Artilharia, o TO de Angola foi aquele que mais unidades recebeu, mas em termos relativos, sendo que neste TO a guerra teve uma duração superior e atendendo também à sua dimensão territorial. Podemos ainda concluir que foi no TO da Guiné que o dispositivo de unidades de Atiradores de

Artilharia foi mais denso, tendo contado com cerca de 26 % do total de unidades escalão Companhia de Atiradores de Artilharia mobilizadas para África durante todo o período da guerra, o que é um rácio superior aquele que representa a mobilização da Artilharia (438 unidades de escalão Companhia de Atiradores de Artilharia) em termos gerais no universo total das unidades de Atiradores mobilizadas para os três TO (1860 Companhias de Atiradores). O TO de Moçambique, foi aquele que em termos relativos contou com um dispositivo menos denso de unidades de Atiradores de Artilharia, tendo recebido 128 unidades escalão Companhia durante todo o período da guerra, para uma área territorial muito superior à Guiné. No TO de Angola atuaram 197 Companhias de Atiradores de Artilharia durante todo o período da Guerra.

Em relação à presença de unidades de Artilharia de Campanha, o TO de Moçambique também foi aquele que contou com menos unidades constituídas de Artilharia de Campanha e de Antiaérea sendo que, à semelhança da Guiné, o recrutamento das praças para estas unidades era feito com base nos nativos. No entanto, neste caso os efetivos envolvidos foram significativamente inferiores aos da Guiné, onde a unidade territorial, Bateria e mais tarde Grupo, sediada em Bissau, chegou a ter em simultâneo mais de 20 pelotões de Artilharia de Campanha após 1969.

No que diz respeito à quantidade de unidades de Artilharia de Campanha e de Antiaérea, foi igualmente o TO da Guiné que contou com o maior empenhamento da Artilharia, cuja expressão é ainda mais impressionante ao ser considerada a sua dimensão territorial, muito mais reduzida relativamente a Angola e Moçambique.

Bibliografia

- Afonso, A. e Gomes, C. M. (2009). *Os Anos da Guerra Colonial – 1961 – Volumes 1 a 12*. Lisboa: QuidNovi.
- Afonso, A. e Gomes, C. M. (Coord). (1998). *Guerra Colonial*. Lisboa: Diário de Notícias.
- Alves, J. (2010, Dezembro). Subversão e Contra-subversão – As Forças Armadas Portuguesas em 1961. *Revista Militar*, 12, 1289-1315.
- Carrilho, M., (1985). *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no séc. XX – Para uma explicação sociológica do papel dos militares*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, E.P..
- Carvalho, D. (1983) A Artilharia em Moçambique no período 1964/74 – Organização e Processos de Actuação. *Revista de Artilharia*, 695, 51-64.
- Carvalho, D. (1984) A Artilharia em Moçambique de 1963 a 1974 – A Operação «Nó Górdio». *Revista de Artilharia*, 703, 331-450.
- Cervelló, J. (1998). ONU e Portugal – Do impasse ao litígio, In Afonso, A. e Gomes, C. M. (Coord). *Guerra Colonial*. Lisboa: Diário de Notícias.
- Coelho, N. *Portugal e a NATO*. Retirado: dezembro, 27, 2011, de http://www.ciari.org/investigacao/portugal_e_a_nato.htm
- Coelho, N. *Relações entre Portugal e a ONU de 1955 aos nossos dias*. Retirado: dezembro, 27, 2011, de http://www.ciari.org/investigacao/portugal_e_a_onu.htm
- Comando Operacional das Forças de Intervenção (1970). *Operação “Nó Górdio” – Relatório de Acção*. Nampula.

- Cutileiro, J. (2008). *O Tratado de Bruxelas de 1948*. Retirado: janeiro, 8, 2012, de http://www.janusonline.pt/2008/2008_2_9.html
- Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África, (1988). *Resenha Histórico-Militar Das Campanhas De África (1961-1974), Enquadramento Geral, 1ºVolume*. Lisboa
- Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África, (1989). *Resenha Histórico-Militar Das Campanhas De África (1961-1974), Angola, 2ºVolume*. Lisboa
- Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África, (1989). *Resenha Histórico-Militar Das Campanhas De África (1961-1974), Guiné, 3ºVolume*. Lisboa
- Estado-Maior do Exército, Comissão para o Estudo das Campanhas de África, (1989). *Resenha Histórico-Militar Das Campanhas De África (1961-1974), Moçambique, 4ºVolume*. Lisboa.
- Exército. Regimento de Artilharia Nº4 – Historial. Retirado: março, 9, 2012, de <http://www.exercito.pt/sites/RA4/Historial/Paginas/default.aspx>
- Garcia, F, (2010). *A Guerra de Moçambique 1964-1974*. Lisboa: Quidnovi.
- Garcia, F. P. *O fenómeno da guerra no nosso século*. Retirado: dezembro, 27, 2011, de <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n22/n22a08.pdf>
- Gomes, C. M., (2002). *Moçambique – 1970 – Operação Nó Górdio*. Lisboa: Prefácio – Edição de Livros e Revistas, Lda.
- Gomes, N. (2007). *Guerra subversiva na Web 2.0*. Retirado: dezembro, 27, 2011, de http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=460
- Leandro, G. (1994). *Estratégias de Acção: A Guerra Clássica – A Guerra Limitada – A Guerra Subversiva*. Retirado: dezembro, 27, 2011, de http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1635/1/NeD73_GarciaLeandro.pdf

- Machado, J. L. (1966). A Artilharia na Guerra Subversiva. *Revista de Artilharia*, 495, 205-218.
- Martins, F. (1998). *A Política Externa do Estado Novo, o Ultramar e a ONU – Uma Doutrina Histórico-Jurídica (1955-68)*. Retirado: dezembro, 27, 2011, de http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=politica%20externa%20durante%20estado%20novo&source=web&cd=3&ved=0CDEQFjAC&url=http%3A%2F%2Fdialnet.unirioja.es%2Fservlet%2Ffichero_articulo%3Fcodigo%3D2656413%26orden%3D0&ei=86P5TsjbOond8gOE4bjXAQ&usg=AFQjCNHG4VT4euf1fQsToi6OHgDRkH4YYQ&cad=rja
- Ministério do Exército, Estado-Maior do Exército, (1961). *O EXÉRCITO NA GUERRA SUBVERSIVA”, Guia para o emprego tático de pequenas unidades na contra guerrilha, 1ªParte.*
- Oliveira, H., (1963). A resposta à Guerra Subversiva. In Junta de Investigação do Ultramar (Coord) *Subversão e Contra Subversão*. Lisboa: Bertrand.
- Oliveira, J. (1987). A Artilharia na Contraguerrilha – O esforço desenvolvido pela EPA nos anos 60/70”. *Revista de Artilharia*, 735, 223-251.
- Perdigão, S. (2003, Outubro a Dezembro). O emprego da Artilharia de Campanha na Guerra Colonial em Moçambique. *Revista de Artilharia*, 938 a 940, 373-391.
- Pinheiro, J., (1963). Natureza e fundamentos da guerra subversiva. In Junta de Investigação do Ultramar (Coord) *Subversão e Contra Subversão*. Lisboa: Bertrand.
- Pinto, A. (2009). *Guerrilha vs. Guerrilla na Guerra Peninsular*. Retirado: dezembro, 27, 2011, de <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=468> (27-12-2011)
- PT/AHM/DIV/2/2/143/4 – Companhia de Artilharia 0102 – História da unidade.
- PT/AHM/DIV/2/2/197/2 – Bateria de Artilharia 0145 – História da unidade.
- PT/AHM/DIV/2/2/197/2 – Bateria de Artilharia 0146 – História da unidade.

- PT\AHM\DIV\2\2\197\2 – Bateria de Artilharia 0147 – História da unidade.
- PT\AHM\DIV\2\4\102\3 – Batalhão de Artilharia 3873 – História da unidade.
- PT\AHM\DIV\2\2\118\1 – Batalhão de Artilharia 0436 – História da unidade.
- PT\AHM\DIV\2\2\118\2 – Batalhão de Artilharia 0525 – História da unidade.
- PT\AHM\DIV\2\2\120\3 – Batalhão de Artilharia 1854 – História da unidade.
- PT\AHM\DIV\2\2\147\10 – Batalhão de Artilharia 0346 – História da unidade.
- PT\AHM\DIV\2\2\155\2 – Companhia de Artilharia 0421 – História da unidade.
- PT\AHM\DIV\2\2\156\2 – Bateria de Artilharia N°0515 – História da unidade.
- PT\AHM\DIV\2\2\156\2 – Bateria de Artilharia N°0516 – História da unidade.
- PT\AHM\DIV\2\2\156\2 – Bateria de Artilharia N°0517 – História da unidade.
- PT\AHM\DIV\2\2\164\15 – Companhia de Artilharia 0100 – História da unidade.
- PT\AHM\DIV\2\4\120\3 – Companhia de Artilharia 0494 – História da unidade.
- PT\AHM\DIV\2\4\79\2 – Batalhão de Artilharia N°645 – História da unidade.
- PT\AHM\DIV\2\7\154\13 – Companhia de Artilharia N°0561 – História da unidade.
- PT\AHM\DIV\2\7\85\13 – Companhia de Artilharia N°0563 – História da unidade.
- PT\AHM\DIV\2\7\85\9 – Batalhão de Artilharia N°0639 – História da unidade.
- Rezola, M., (2007). *25 de Abril – Mitos de uma Revolução*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Salvado, M. e Barbosa, P. (2010) A evolução nas armas de Artilharia de Campanha em Portugal até à criação da OTAN. *Boletim da EPA*, 9-21.
- Santos, P. (2008). *Portugal e a NATO – A Política Colonial do Estado Novo e os Aliados (1961-1968)*. Retirado: dezembro, 26, 2011, de <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n21/n21a03.pdf>

Teixeira, N. (1995). *Portugal e a NATO: 1949-1989*. Retirado: dezembro, 27, 2011, de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223388450G2oYX3ex3Dn37ML8.pdf>

Telo, A. (1998). A mudança 1959, In Afonso, A. e Gomes, C. M. (Coord). *Guerra Colonial*. Lisboa: Diário de Notícias.

Telo, A., (2010). Portugal e a Guerra de África – Enquadramento Internacional e Situação Política Nacional. In Lourenço, J., (Coord), *A Academia Militar e a Guerra de Africa*. Lisboa: Offsetmais Artes Gráficas, S.A..

Apêndices

Apêndice A - Unidades de Artilharia mobilizadas na Metrópole para Angola

Unidade Mobilizada	Unidade Mobilizadora	Data de Partida	Unidade Recetora
1961			
CART 85	RAAF	1961-04-21	
CART 86	GACA3	1961-04-21	
CART 87	GACA3	1961-04-21	
CART 0100	RAL1	1961-04-21	
CART 0102	RAL4	1961-05-05	
CART 0106	RAL2	1961-05-05	
CART 0102	RAP2	1961-05-05	
CART 0118	EPA	1961-06-03	
CART 0119	RAL4	1961-06-03	
CART 0120	RAAF	1961-06-03	
BtrArt 0145	RAL5	1961-06-28	GAC157
BtrArt 0146	RAL5	1961-06-28	GAC157
BtrArt 0147	RAL1	1961-06-28	GAC157
1962			
BART 0346	RAP2	1962-01-12	
CART 0294	RAP2	1962-01-12	BART346
CART 0347	RAP2	1962-01-12	BART346
CART 0348	RAP2	1962-01-12	BART346
BART 0400	RAL1	1962-12-05	
CART 0391	RAL1	1962-12-05	BART 0400
CART 0392	RAL1	1962-12-05	BART 0400
CART 0393	RAL1	1962-12-05	BART 0400
1963			

CART 0419	RAP 2	1963-04-10	
CART 0420	RAP2	1963-04-10	
CART 0421	RAP2	1963-04-10	
CART 0422	RAP2	1963-04-10	
BART 0436	RAL1	1963-04-25	
CART 0429	RAL1	1963-04-25	BART 0436
CART 0430	RAL1	1963-04-25	BART 0436
CART 0431	RAL1	1963-04-25	BART 0436
CART 0528	RAL1	1963-06-12	
BART 0525	RAP2	1963-07-16	
CART 0522	RAP2	1963-07-16	BART 0525
CART 0523	RAP2	1963-07-16	BART 0525
CART 0524	RAP2	1963-07-16	BART 0525
CART 0491	RAP2	1963-07-20	
CART 0492	RAP2	1963-07-20	
CART 0493	RAP2	1963-07-20	
BtrArt 0515	RAL1	1963-08-26	
BtrArt 0516	RAL5	1963-08-26	
BtrArt 0517	RAL5	1963-08-26	
GAC 0518	RAL4	1963-08-26	
1964			
BART 0635	RAL1	1964-02-10	
CART 0632	RAL1	1964-02-10	BART 0635
CART 0633	RAL1	1964-02-10	BART 0635
CART 0634	RAL1	1964-02-10	BART 0635
BART 0701	RAP2	1964-07-09	
CART 0698	RAP2	1964-07-09	BART 0701
CART 0699	RAP2	1964-07-09	BART 0701
CART 0700	RAP2	1964-07-09	BART 0701
1965			
BART 0741	RAL1	1965-01-09	
CART 0738	RAL1	1965-01-09	BART 0741
CART 0739	RAL1	1965-01-09	BART 0741

CART 0740	RAL1	1965-01-09	BART 0741
BART 0753	RAP2	1965-02-09	
CART 0750	RAP2	1965-02-09	BART 0753
CART 0751	RAP2	1965-02-09	BART 0753
CART 0752	RAP2	1965-02-09	BART 0753
BART 0778	RAL1	1965-04-28	
CART 0775	RAL1	1965-04-28	BART 0778
CART 0776	RAL1	1965-04-28	BART 0778
CART 0777	RAL1	1965-04-28	BART 0778
BART 0786	RAP2	1965-05-28	
CART 0783	RAP2	1965-05-28	BART 0786
CART 0784	RAP2	1965-05-28	BART 0786
CART 0785	RAP2	1965-05-28	BART 0786
CART 0791	RAP2	1965-05-28	
CART 0792	RAP2	1965-05-28	
BART 1852	RAC	1965-08-21	
BART 1853	RAL1	1965-08-21	
CART 1404	RAC	1965-08-21	BART 1852
CART 1405	RAC	1965-08-21	BART 1852
CART 1406	RAC	1965-08-21	BART 1852
CART 1407	RAL1	1965-08-21	BART 1853
CART 1408	RAL1	1965-08-21	BART 1853
CART 1409	RAL1	1965-08-21	BART 1853
BART 1854	RAP2	1965-09-17	
BART 1440	RAL1	1965-09-17	
BART 1441	RAP2	1965-09-17	
BART 1442	RAP2	1965-09-17	
CART 1410	RAP2	1965-09-17	BART 1854
CART 1411	RAP2	1965-09-17	BART 1854
CART 1412	RAP2	1965-09-17	BART 1854
GAC 1862	RAL1	1965-09-17	
BART 1864	RAC	1965-10-14	
CART 1452	RAC	1965-10-14	BART 1864

CART 1453	RAC	1965-10-14	BART 1864
CART 1454	RAC	1965-10-14	BART 1864
BART 1869	RAP2	1965-12-17	
CART 1467	RAP2	1965-12-17	BART 1869
CART 1468	RAP2	1965-12-17	BART 1869
CART 1469	RAP2	1965-12-17	BART 1869
1966			
CART 1524	RAC	1966-01-18	
CART 1523	RAP2	1966-01-22	
CART 1561	RAC	1966-04-15	
CART 1562	RAC	1966-04-15	
BART 1886	RAP2	1966-04-27	
CART 1543	RAP2	1966-04-27	
CART 1544	RAP2	1966-04-27	
CART 1545	RAP2	1966-04-27	
CART 1563	RAC	1966-04-27	
CART 1564	RAC	1966-04-27	
1967			
CART 1656	RAAF	1967-01-21	
CART 1657	RAL1	1067-01-21	
CART 1658	RAL1	1967-02-18	
CART 1698	RAC	1967-05-17	
CART 1699	RAC	1967-05-17	
CART 1700	RAC	1967-05-17	
CART 1701	RAC	1967-05-17	
CART 1702	RAL1	1967-05-17	
BART 1922	RAP2	1967-08-05	
CART 1725	RAP2	1967-08-05	BART 1922
CART 1726	RAP2	1967-08-05	BART 1922
CART 1727	RAP2	1967-08-05	BART 1922
CART 1741	RAL5	1967-08-05	
BtrART 1757	RAL3	1967-08-09	
BtrART 1758	RAP2	1967-08-09	

BtrArt 1759	RAP2	1967-08-09	
BArt 1924	GACA2	1967-10-11	
CArt 1763	GACA2	1967-10-11	BArt 1924
CArt 1764	GACA2	1967-10-11	BArt 1924
CArt 1765	GACA2	1967-10-11	BArt 1924
BArt 1925	RAL5	1967-10-14	
CArt 1766	RAL5	1967-10-14	BArt 1925
CArt 1767	RAL5	1967-10-14	BArt 1925
CArt 1768	RAL5	1967-10-14	BArt 1925
BArt 1926	RAP2	1967-11-14	
CArt 1769	RAP2	1967-11-14	BArt 1926
CArt 1770	RAP2	1967-11-14	BArt 1926
CArt 1771	RAP2	1967-11-14	BArt 1926
1968			
CArt 2337	RAL3	1968-02-07	
BArt 2849	RAL5	1968-07-25	
CArt 2850	RAL5	1968-07-25	BArt 2849
CArt 2851	RAL5	1968-07-25	BArt 2849
CArt 2852	RAL5	1968-07-25	BArt 2849
1969			
CArt 2480	RAL5	1969-01-11	
CArt 2481	RAL5	1969-01-11	
BArt 2864	GACA2	1969-02-08	
CArt 2473	GACA2	1969-02-08	BArt 2864
CArt 2474	GACA2	1969-02-08	BArt 2864
CArt 2475	GACA2	1969-02-08	BArt 2864
CArt 2516	RAL3	1969-04-16	
CArt 2517	RAL3	1969-04-16	
CArt 2518	RAL3	1969-04-16	
BArt 2882	RAL5	1969-08-04	
BArt 2883	GACA2	1969-08-04	
CArt 2556	RAL5	1969-08-04	BArt 2882
CArt 2557	RAL5	1969-08-04	BArt 2882

CART 2558	RAL5	1969-08-04	BART 2882
CART 2559	GACA2	1969-08-04	BART 2883
CART 2560	GACA2	1969-08-04	BART 2883
CART 2561	GACA2	1969-08-04	BART 2883
BtrArt 2581	RAP2	1969-08-27	
BtrArt 2582	RAP2	1969-08-27	
BtrArt 2583	RAP2	1969-08-27	
CART 2573	RAL3	1969-08-27	
CART 2574	RAP2	1969-08-27	
BART 2896	RAL5	1969-12-03	
CART 2624	RAL5	1969-12-03	BART 2896
CART 2625	RAL5	1969-12-03	BART 2896
CART 2626	RAL5	1969-12-03	BART 2896
1970			
CART 2670	RAL5	1970-01-10	
CART 2671	RAL5	1970-01-10	
BART 2900	RAL3	1970-02-14	
CART 2643	RAL3	1970-02-14	BART 2900
CART 2644	RAL3	1970-02-14	BART 2900
CART 2645	RAL3	1970-02-14	BART 2900
CART 2672	GACA2	1970-03-26	
CART 2731	BAG2	1970-04-22	
BART 2916	RAL3	1970-04-27	
CART 2711	RAL3	1970-04-27	BART 2916
CART 2712	RAL3	1970-04-27	BART 2916
CART 2713	RAL3	1970-04-27	BART 2916
CART 2783	RAL3	1970-10-03	
1971			
BART 3835	GACA2	1971-01-06	
CART 3312	GACA2	1971-01-06	BART 3835
CART 3313	GACA2	1971-01-06	BART 3835
CART 3314	GACA2	1971-01-06	BART 3835
CART 3374	RAL3	1971-06-09	

CART 3375	GACA2	1971-06-09	
BART 3853	GACA2	1971-08-28	
BtrArt 3421	RAP3	1971-08-28	
CART 3401	GACA2	1971-08-28	BART 3853
CART 3402	GACA2	1971-08-28	BART 3853
CART 3403	GACA2	1971-08-28	BART 3853
CART 3415	RAL5	1971-08-28	
CART 3416	RAL5	1971-08-28	
CART 3422	RAL5	1971-08-28	
CART 3423	RAL5	1971-08-28	
CART 3475	GAG2	1971-10-24	
BART 3859	RAL3	1971-11-17	
BART 3860	RAP2	1971-11-17	
CART 3447	RAL3	1971-11-17	BART 3859
CART 3448	RAL3	1971-11-17	BART 3859
CART 3449	RAL3	1971-11-17	BART 3859
CART 3450	RAP2	1971-11-17	BART 3860
CART 3451	RAP2	1971-11-17	BART 3860
CART 3452	RAP2	1971-11-17	BART 3860
BART 3861	GACA2	1971-12-14	
CART 3453	GACA2	1971-12-14	BART 3861
CART 3454	GACA2	1971-12-14	BART 3861
CART 3455	GACA2	1971-12-14	BART 3861
1972			
CART 3514	RAL3	1972-04-03	
CART 3515	RAL3	1972-04-04	
CART 3516	RAL3	1972-04-08	
BART 3881	RAP2	1972-06-06	
CART 3564	GACA2	1972-06-10	
CART 3538	RAP2	1972-06-17	BART 3881
CART 3539	RAP2	1972-06-20	BART 3881
CART 3540	RAP2	1972-07-15	BART 3881
1973			

CART 6550	RAL5	1973-03	
CART 6551	RAL5	1973-04	
BART 6320	RAL3	1973-05-01	
1ªC/BART 6320	RAL3	1973-05-03	BART 6320
2ªC/BART 6320	RAL3	1973-05-07	BART 6320
3ªC/BART 6320	RAL3	1973-05-08	BART 6320
BART 6321	RAL3	1973-08	
CART 6553	RAL5	1973-08	
1ªC/BART 6321	RAL3	1973-09	
2ªC/BART 6321	RAL3	1973-09	
3ªC/BART 6321	RAL3	1973-09	
BtrART 7340	RAP3	1973-09	
BART 6322	RAL3	1973-11-19	
1ªC/BART 6322	RAL3	1973-11-20	
2ªC/BART 6322	RAL3	1973-11-23	
3ªC/BART 6322	RAL3	1973-11-30	
BART 6222	RAP2	1973-12-01	
1ªC/BART 6222	RAP2	1973-12-02	
2ªC/BART 6222	RAP2	1973-12-03	
3ªC/BART 6222	RAP2	1973-12-04	
1974			
CART 6554	RAL5	1974-03-11	
CART 6555	RAL5	1974-03-26	
1ªC/BART 6323	RAL3	1974-05-14	
BART 6323	RAL3	1974-05-21	
2ªC/BART 6323	RAL3	1974-05-22	
3ªC/BART 6323	RAL3	1974-05-24	
CART 6557	RAL5	1974-06-14	
BART 6524	RAL5	1974-07-11	
1ªC/BART 6324	RAL5	1974-07-19	
2ªC/BART 6324	RAL5	1974-07-22	
3ªC/BART 6324	RAL5	1974-07-23	
BART 6220	RAP2	1974-12-04	

Apêndice A – Unidades de Artilharia mobilizadas na Metrópole para Angola

1ªC/BArt 6220	RAP2	1974-12-05	
2ªC/BArt 6220	RAP2	1974-12-05	
3ªC/BArt 6220	RAP2	1974-12-06	

Apêndice B - Unidades de AAA mobilizadas na Metrópole para Angola

Unidade Mobilizada	Unidade Mobilizadora	Data de Partida	Localização	Comandante
1961				
1962				
BtrAAA 0386	RAAF	1962-07-13		
1963				
1964				
BtrAAA 0692	RAAF	1964-07-09		
1965				
1966				
BtrAAA 1603	RAAF	1966-09-16		
1967				
1968				
BtrAAA 2425	RAAF	1968-07-25		
1969				
1970				
BtrAAA 2767	RAAF	1970-07-25		
1971				
1972				
1973				
1974				

Apêndice C - Unidades de Artilharia mobilizadas na Metrópole para a Guiné

Unidade Mobilizada	Unidade Mobilizadora	Data de Partida	Unidade Recetora
1961			
1962			
CART 0240	GACA2	1961-07-30	
CART 0250	RAP2	1961-08-10	
1963			
CART 0527	RAL1	1963-05-27	
CART 0349	RAP2	1963-07-11	
CART 0494	RAP2	1963-07-17	
CART 0495	RAL1	1963-07-17	
CART 0496	RAL1	1963-07-17	
CART 0564	RAP2	1963-10-08	
CART 0565	RAP2	1963-10-12	
1964			
CART 0640	RAP2	1964-02-25	
CART 0642	RAL1	1964-03-04	BART 0645
CART 0643	RAL1	1964-03-04	BART 0645
BART 0645	RAL1	1964-03-04	
CART 0644	RAL1	1964-03-04	BART 0645
CART 0676	RAP2	1964-04-08	
CART 0566	RAP2	1964-07-28	
BART 0733	RAL1	1964-10-08	
CART 0731	RAL1	1964-10-08	BART 0733
CART 0732	RAL1	1964-10-08	BART 0733
CART 0730	RAL1	1964-10-08	BART 0733

1965			
CART 1477	RAL5	1965-10-20	
CART 1525	RAC	1966-01-20	
CART 1526	RAC	1966-01-20	
BART 1896	RAP2	1968-08-18	
CART 1612	RAP2	1968-08-18	BART 1896
CART 1613	RAP2	1968-08-18	BART 1896
CART 1614	RAP2	1968-08-18	BART 1896
1967			
CART 1659	RAC	1967-01-11	
BART 1904	RAP2	1967-01-11	
CART 1646	RAP2	1967-01-11	BART 1904
CART 1647	RAP2	1967-01-11	BART 1904
CART 1648	RAP2	1967-01-11	BART 1904
CART 1660	RAC	1967-02-01	
CART 1661	RAC	1967-02-01	
BART 1914	RAL1	1967-04-08	
CART 1690	RAL1	1967-04-08	BART 1914
CART 1691	RAL1	1967-04-08	BART 1914
CART 1692	RAL1	1967-04-08	BART 1914
BART 1913	RAP2	1967-04-26	
CART 1687	RAP2	1967-04-26	BART 1913
CART 1688	RAP2	1967-04-26	BART 1913
CART 1689	RAP2	1967-04-26	BART 1913
CART 1744	GACA2	1967-07-20	
CART 1745	GACA2	1967-07-20	
CART 1746	GACA2	1967-07-20	
CART 1742	RAL5	1967-07-22	
CART 1743	RAL5	1967-07-22	
CART 1802	RAL3	1967-10-28	
1968			
CART 2340	RAL5	1968-01-10	
CART 2338	RAL3	1968-01-14	

CART 2339	RAL3	1968-01-14	
CART 2384	GACA2	1968-01-14	
CART 2410	GACA2	1968-08-11	
CART 2411	GACA2	1968-08-11	
CART 2412	RAP2	1968-08-11	
CART 2414	RAL3	1968-08-11	
CART 2413	RAP2	1968-08-11	
BART 2857	RAL5	1968-11-09	
CART 2438	RAL5	1968-11-09	BART 2857
CART 2439	RAL5	1968-11-09	BART 2857
CART 2440	RAL5	1968-11-09	BART 2857
1969			
BART 2865	RAP2	1969-02-05	
CART 2476	RAP2	1969-02-05	BART 2865
CART 2477	RAP2	1969-02-05	BART 2865
CART 2478	RAP2	1969-02-05	BART 2865
CART 2479	RAL5	1969-02-18	BART 2866
BART 2866	RAL5	1969-02-18	
CART 2519	RAL3	1969-05-24	
CART 2520	GACA2	1969-05-24	
CART 2527	GACA2	1969-05-24	
1970			
CART 2673	GACA2	1970-01-31	
CART 2732	BAG2	1970-04-13	
BART 2917	RAP2	1970-05-17	
CART 2714	RAP2	1970-05-17	BART 2917
CART 2715	RAP2	1970-05-17	BART 2917
CART 2716	RAP2	1970-05-17	BART 2917
CART 2762	RAP2	1970-07-11	
CART 2741	RAL5	1970-07-18	BART 2920
CART 2742	RAL5	1970-07-18	BART 2920
BART 2920	RAL5	1970-07-18	
CART 2743	RAL5	1970-07-18	BART 2920

CART 2771	GACA2	1970-09-23	BART 2924
CART 2772	GACA2	1970-09-23	BART 2924
CART 2773	GACA2	1970-09-23	BART 2924
BART 2924	GACA2	1970-09-23	
CART 3331	RAP2	1970-12-14	
CART 3329	RAL3	1970-12-14	
CART 3330	RAL3	1970-12-14	
CART 3332	RAP2	1970-12-14	
1971			
BART 8844	RAP2	1971-03-31	
CART 3358	RAP2	1971-03-31	BART 8844
CART 3359	RAP2	1971-03-31	BART 8844
CART 3360	RAP2	1971-03-31	BART 8844
CART 3417	RAL3	1971-06-26	
CART 3521	RAP2	1971-12-22	
CART 3492	RAP2	1971-12-22	BART 3873
CART 3493	RAP2	1971-12-22	BART 3873
CART 3494	RAP2	1971-12-22	BART 3873
BART 3873	RAP2	1971-12-22	
1972			
CART 3567	RAL5	1972-03-27	
CART 6251	RAP2	1972-06-22	
2ªC/BART 6520	RAL5	1972-06-23	
BART 6520	RAL5	1972-06-23	
1ªC/BART 6520	RAL5	1972-06-24	
3ªC/BART 6520	RAL5	1972-06-26	
CART 6250	RAP2	1972-06-27	
BART 6521	RAL5	1972-09-22	
1ªC/BART 6521	RAL5	1972-09-23	
2ªC/BART 6521	RAL5	1972-09-26	
3ªC/BART 6521	RAL5	1972-09-27	
CART 6252	RAP2	1972-10-23	
1ªC/BART 6522	RAL5	1972-12-06	

Apêndice C - Unidades de Artilharia mobilizadas na Metrópole para a Guiné

2ªC/BArt 6522	RAL5	1972-12-06	
BArt 6522	RAL5	1972-12-06	
3ªC/BArt 6522	RAL5	1972-12-07	
1973			
CArt 6254	RAP2	1973-03-16	
CArt 6552	RAL5	1973-05-26	
1ªC/BArt 6523	RAL5	1973-09-06	
2ªC/BArt 6523	RAL5	1973-09-06	
3ªC/BArt 6523	RAL5	1973-09-06	
BArt 6523	RAL5	1973-09-06	
1974			
BArt 6520	RAL5	1974-04-01	
1ªC/BArt 6520	RAL5	1974-04-02	
2ªC/BArt 6520	RAL5	1974-04-03	
3ªC/BArt 6520	RAL5	1974-04-04	
CArt 6250	RAP2	1974-04-11	
CArt 6251	RAP2	1974-04-11	
BArt 6521	RAL5	1974-07-19	

Apêndice D - Unidades de AAA mobilizadas na Metrópole para a Guiné

Unidade Mobilizada	Unidade Mobilizadora	Data de Partida	Unidade Recetora
1961			
1962			
1963			
1964			
1965			
1966			
1967			
1968			
1969			
1970			
1971			
BtrAAA 3382	RAAF	1971-02-13	
BtrAAA 3381	RAAF	1971-02-13	
BtrAAA 3434	RAAF	1971-05-26	
1972			
BtrAAA 7041	RAAF	1972-10-16	
BtrAAA 7040	RAAF	1972-10-20	
BtrAAA 7042	RAAF	1972-12-27	
1973			
BtrAAA 7043	RAAF	1973-11-17	
1974			

Apêndice E - Unidades de Artilharia mobilizadas na Metrópole para a Moçambique

Unidade Mobilizada	Unidade Mobilizadora	Data de Partida	Unidade Recetora
1961			
CART 0177	RAL2	1961-07-08	
CART 0179	RAP2	1961-07-08	
BART 0162	RAL1	1961-07-08	
CART 0178	RAL4	1961-07-08	
CART 0180	RAL3	1961-07-08	
BART 0291	RAP2	1961-11-22	
CART 0292	RAP2	1961-11-22	BART 0291
CART 0293	RAP2	1961-11-22	BART 0291
CART 0251	RAP2	1961-11-22	BART 0291
1962			
1963			
CART 0563	RAP2	1963-11-23	
BART 0562	RAL1	1963-11-23	
CART 0559	RAL1	1963-11-23	BART 0562
CART 0560	RAL1	1963-11-23	BART 0562
CART 0561	RAL1	1963-11-23	BART 0562
1964			
BART 0639	RAP2	1964-04-01	
CART 0636	RAP2	1964-04-01	BART 0639
CART 0637	RAP2	1964-04-01	BART 0639
CART 0638	RAP2	1964-04-01	BART 0639
1965			
1966			

BArt 1882	RAP2	1966-01-08	
CART 1514	RAP2	1966-01-08	BArt 1882
CART 1516	RAP2	1966-01-12	BArt 1882
BArt 1881	RAL1	1966-01-26	
CART 1511	RAL1	1966-01-26	BArt 1881
CART 1512	RAL1	1966-01-26	BArt 1881
CART 1513	RAL1	1966-01-26	BArt 1881
CART 1515	RAL1	1966-01-26	BArt 1882
BArt 1885	RAL1	1966-04-23	
CART 1540	RAL1	1966-04-23	BArt 1885
CART 1541	RAL1	1966-04-23	BArt 1885
CART 1542	RAL1	1966-04-27	BArt 1885
BArt 1893	RAP2	1966-09-07	
CART 1595	RAP2	1966-09-07	BArt 1893
CART 1596	RAP2	1966-09-07	BArt 1893
CART 1597	RAP2	1966-09-07	BArt 1893
CART 1598	RAC	1966-09-07	
CART 1599	RAC	1966-09-07	
CART 1600	RAC	1966-09-07	
CART 1625	RAC	1966-11-09	
CART 1626	RAC	1966-11-09	
CART 1627	RAC	1966-11-09	
1967			
1968			
BArt 2838	RAP2	1968-01-31	
BArt 2839	RAL5	1968-01-31	
CART 2324	RAP2	1968-01-31	BArt 2838
CART 2325	RAP2	1968-01-31	BArt 2838
CART 2326	RAP2	1968-01-31	BArt 2838
CART 2327	RAL5	1968-01-31	BArt 2839
CART 2328	RAL5	1968-01-31	BArt 2839
CART 2329	RAL5	1968-01-31	BArt 2839
BArt 2847	RAP2	1968-04-24	

CART 2372	RAP2	1968-04-24	BART 2847
CART 2373	RAP2	1968-04-24	BART 2847
CART 2374	RAP2	1968-04-24	BART 2847
CART 2385	GACA2	1968-04-24	
CART 2386	GACA2	1968-04-24	
CART 2387	GACA2	1968-04-24	
BART 2846	RAL5	1968-05-18	
CART 2369	RAL5	1968-05-18	BART 2846
CART 2370	RAL5	1968-05-18	BART 2846
CART 2371	RAL5	1968-05-18	BART 2846
CART 2388	RAL3	1968-05-18	
CART 2452	GACA2	1968-10-21	
CART 2453	GACA2	1968-10-21	
1969			
BART 2869	RAP2	1969-04-12	
CART 2495	RAP2	1969-04-12	BART 2869
CART 2496	RAP2	1969-04-12	BART 2869
CART 2497	RAP2	1969-04-12	BART 2869
BART 2897	RAP2	1969-10-31	
BART 2898	GACA2	1969-10-31	
CART 2627	RAP2	1969-10-31	BART 2897
CART 2628	RAP2	1969-10-31	BART 2897
CART 2629	RAP2	1969-10-31	BART 2897
CART 2630	GACA2	1969-10-31	BART 2898
CART 2631	GACA2	1969-10-31	BART 2898
CART 2632	GACA2	1969-10-31	BART 2898
1970			
BART 2901	RAP2	1970-01-05	
CART 2646	RAP2	1970-01-05	BART 2901
CART 2647	RAP2	1970-01-05	BART 2901
CART 2648	RAP2	1970-01-05	BART 2901
CART 2733	RAL5	1970-04-25	
CART 2734	RAL5	1970-04-25	

BArt 2918	GACA2	1970-05-20	
CArt 2717	GACA2	1970-05-20	BArt 2918
CArt 2718	GACA2	1970-05-20	BArt 2918
CArt 2719	GACA2	1970-05-20	BArt 2918
BArt 2921	GACA2	1970-07-22	
CArt 2744	GACA2	1970-07-22	BArt 2921
CArt 2745	GACA2	1970-07-22	BArt 2921
CArt 2746	GACA2	1970-07-22	BArt 2921
CArt 2763	RAP2	1970-07-22	
CArt 2764	RAL3	1970-07-22	
CArt 2784	RAL5	1970-11-21	
CArt 2785	RAL5	1970-11-21	
CArt 2786	BAG2	1970-11-24	
1971			
1972			
CArt 3504	GACA2	1972-01-08	
BArt 3876	RAL5	1972-01-09	
CArt 3501	RAL5	1972-01-09	BArt 3876
CArt 3502	RAL5	1972-01-09	BArt 3876
CArt 3503	RAL5	1972-01-09	BArt 3876
CArt 3505	GACA2	1972-01-15	BArt 3887
CArt 3506	GACA2	1972-01-24	BArt 3887
BArt 3877	GACA2	1972-03-07	
CArt 3574	GACA2	1972-04-08	
CArt 3557	RAL3	1972-04-11	BArt 3887
CArt 3556	RAL3	1972-04-22	BArt 3887
BArt 3887	RAL3	1972-04-25	
CArt 3573	GACA2	1972-05-02	
CArt 3558	RAL3	1972-05-06	BArt 3887
CArt 3572	GACA2	1972-06-11	
BArt 7220	GACA2	1972-07-17	
1ªC/BArt 7220	GACA2	1972-08-13	
2ªC/BArt 7220	GACA2	1972-08-13	

CART 7250	GACA2	1972-08-27	
3ªC/BART 6220	RAP2	1972-11-01	
CART 7251	GACA2	1972-11-07	
1ªC/BART 6220	RAP2	1972-11-14	
CART 7252	GACA2	1972-11-23	
2ªC/BART 6220	RAP2	1972-11-26	
BART 6220	RAP2	1972-12-03	
1973			
CART 7256	GACA2	1973-01-03	
CART 7253	GACA2	1973-01-04	
CART 7254	GACA2	1973-01-09	
CART 7255	GACA2	1973-01-12	
BART 6221	RAP2	1973-04-19	
1ªC/BART 6221	RAP2	1973-04-22	
2ªC/BART 6221	RAP2	1973-04-29	
3ªC/BART 6221	RAP2	1973-05-03	
1ªC/BART 7221	GACA2	1973-07-12	
BART 7221	GACA2	1973-07-17	
1974			
BART 6223	RAP2	1974-02-03	
1ªC/BART 6223	RAP2	1974-02-07	
2ªC/BART 6223	RAP2	1974-02-14	
3ªC/BART 6223	RAP2	1974-02-17	
CART 7257	GACA2	1974-03-05	
CART 7259	GACA2	1974-03-10	
CART 7260	GACA2	1974-03-12	
CART 7258	GACA2	1974-03-22	
CART 7250	GACA2	1974-05-10	
3ªC/BART 6224	RAP2	1974-07-14	
BART 6224	RAP2	1974-07-18	
2ªC/BART 6224	RAP2	1974-07-25	
1ªC/BART 7220	GACA2	1974-07-28	
2ªC/BART 7220	GACA2	1974-08-02	

Apêndice E - Unidades de Artilharia mobilizadas na Metrópole para a Moçambique

BArt 7220	GACA2	1974-08-04	
1ªC/BArt 6224	RAP2	1974-08-08	
1ªC/BArt 6521	RAL5	1974-08-14	
2ªC/BArt 6521	RAL5	1974-08-15	
3ªC/BArt 6521	RAL5	1974-08-21	
BArt 6521	RAL5	1974-08	
CArt 6252	RAP2	1974-09-04	
3ªC/BArt 7220	GACA2	1974-09-08	

Apêndice F - Guião das entrevistas

1. Durante as suas comissões quais foram as funções que desempenhou?
2. Como foi feita a sua mobilização e onde?
3. Tendo em conta as características da guerra e do TO, quais foram as principais alterações/adaptações feitas para o sistema de instrução dos oficiais e sargentos?
4. Onde foram colocados os oficiais do QP e quais as suas funções? E os oficiais milicianos? Como era a sua preparação? Como era o seu desempenho no teatro?
5. A preparação recebida pelos soldados de Artilharia era boa?
6. Havia meios e materiais para treinar o pessoal?
7. Quais os materiais utilizados no teatro de Angola/Guiné/Moçambique?
8. Qual foi a sua maior dificuldade?
9. Em alguma situação sentiu que a sua preparação não era a mais adequada?
10. No seu ponto de vista qual o principal papel da Artilharia na guerra subversiva?
11. Ao nível da Logística identifica/destaca alguns grandes problemas?

Anexos

Anexo A - Matérias ministradas no TPOA antes e durante a guerra de África (1961-1974)

TAO anterior a 1960		TPO — período 1961-75	
Matérias	Horas	Matérias	Horas
Mat. Art.	90	Mat. Art.	46
Tac. Art.	64	Tac. Art.	45
Transmissões	52	Transmissões	40
Tiro Art.	176	Tiro Art.	116
Topografia	78	Topografia	61
Tec. E. Maior	26	Tec. E. Maior	38
—	—	Foto Aérea	8
Org. terreno	20	OT. EMA	18
Org. Mil.	8	Org. Mil.	4
—	—	Tac. Inf.	24
—	—	G. Subversiva	21
—	—	Contraguerrilha	65
Ed. Física	66	Ed. Física	180
—	—	Tr. Básico (A Lig.)	15
Arm. e Tiro	34	Arm. Eq.	26
Con. Auto/Inglês	40	Cond. Auto	22
Ética Militar	20	Ética Militar	10
Met. Instr.	15	Met. Instr.	11
Ordem Unida	22	Ordem Unida	24
Administração	35	Administração	33
Regulamentos	22	Regulamentos	22
Svc. Bateria	44	Svc. Bateria	20
A disp. CMD.	44	A disp. CMD	27
—	—	—	—
22 SEMANAS	856	23 SEMANAS	876

Anexo B - Matérias ministradas no CPCA antes e durante a guerra de África (1961-1974)

CPC 1960		CPC 71/72	
MATÉRIAS	Horas	MATÉRIAS	Horas
Educação Física	16	Educação Física	60
Organização Militar	2	Estudo das PU	21
Táctica Geral	8	Guerra Subversiva	3
Táct de Artilharia	150	Táctica e Artilharia	14
Operações	40	Operações	64
Informações	27	Inf. e C/Informação	21
Serviços	26	Administração e Log.	35
Pessoal	20	Pessoal e AP A-Civis	17
Tiro de Artilharia	120	Tiro de Artilharia	80
Topografia	39	Topografia Geral	4
Armas Nucleares	7	Fotografia Aérea	6
Gr. Ref. Art. Camp.	2	Topografia Art. ^a	6
Meteo. Art. Camp.	2	Engenharia	1
Radar Art. Camp.	6	Serviço na CArt.	6
Exercícios Conjuntos	36	Rendição da CArt.	2
Transmissões	20	Transmissões	5
Visitas e Conf.	45	Acção Psicológica	13
A Disp. Comando	12	Coop. Aero-Terrestres	5
		A Disp. Comando	20
17,5 SEMANAS × 33 h	576	11 SEMANAS × 35 h	383